

PLANO DE INTERVENÇÃO

VITÓRIA - ES



PROJETO DE GESTÃO INTEGRADA DA ORLA MARÍTIMA

PROJETO ORLA

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
SECRETARIA DE QUALIDADE AMBIENTAL NOS ASSENTAMENTOS HUMANOS

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO ORÇAMENTO E GESTÃO
SECRETARIA DE PATRIMÔNIO DA UNIÃO

PLANO DE INTERVENÇÃO **VITÓRIA/ES** **TRECHO 3**

Vitória/ES

Maio 2002

Prefeitura Municipal de Vitória (PMV)

Alexandre Menezes Santos
Aline Keller Serau
Fábio Murilo Wagnitz
Fernando Corleto
Iara Gardenia Silva Moreira
Joel Nery
Maria Neíse Urbano Neto
Mariana Carvalho Rodrigues
Penha Maria De Almeida Meneses
Rosana Maffessoni De Castro
Simone Lemos Vieira Herkenhoff

ONG Amigos do Lameirão - ONGAL

Eduardo Batista Pedrosa

CAMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA

João Luiz Vanzo

Secretaria de Estado para Assuntos do Meio Ambiente - SEAMA

Luiz Alberto Cheles Ricart
Marcus Antonio Rosetti Gasparini

Companhia Docas do Espírito Santo - CODESA

Mariângela Lopes Machado

Gerência Regional do Patrimônio da União/ES

Regina Maria Saade Jaques

COLABORAÇÃO

Prefeitura Municipal de Vitória (PMV)
Ana Márcia Erler
Elizete Sherring Siqueira
Rosemay Beber Grigato

ONG Amigos do Lameirão - ONGAL

João Firmino De Abreu Filho

IBAMA

Iberê Sassi

Secretaria de Estado para Assuntos do Meio Ambiente - SEAMA

Aladim Fernando Cerqueira

Gerência Regional do Patrimônio da União/Es

Paul Douglas Guerreiro Moreira
Roberto Luiz Felix Ramos

Conselho Popular DE Vitória – CPV

Renildo Batista Da Silva

Capitania dos Portos do Espírito Santo

Jhlfran Alcântara Da Costa

SEBRAE – ES

José Marcos Soares

Universidade Federal do Espírito Santo – UFES

Cláudia Câmara do Vale

PLANO DE INTERVENÇÃO DO PROJETO ORLA EM VITÓRIA - ES

APRESENTAÇÃO

INTRODUÇÃO

A CIDADE DE VITÓRIA

PLANO DE INTERVENÇÃO

1 – IDENTIFICAÇÃO DO EXECUTOR

2 – LOCALIZAÇÃO DAS ÁREAS ELEMENTO DE INTERVENÇÃO

3 – SÍNTese DO DIAGNÓSTICO E CLASSIFICAÇÃO DAS ÁREAS ELEMENTO DE INTERVENÇÃO

3.1 – CAIS DO HIDROAVIÃO

3.2 – PARQUE TANCREDO NEVES (TANREDÃO)

3.3 – COMPANHIA DOCAS DO ESPÍRITO SANTO – CODESA

3.4 – PRAÇA DO ÍNDIO

3.5 – ILHA DA FUMAÇA

3.6 – HORTOMERCADO

3.7 – CRUZ DO PAPA

4 – CENÁRIO DE USOS DESEJADOS

4.1 – CAIS DO HIDROAVIÃO

4.2 – PARQUE TANCREDO NEVES (TANREDÃO)

4.3 – COMPANHIA DOCAS DO ESPÍRITO SANTO – CODESA

4.4 – PRAÇA DO ÍNDIO

4.5 - ILHA DA FUMAÇA

4.6 – HORTOMERCADO

4.7 – CRUZ DO PAPA

5 – INVESTIMENTOS PREVISTOS INCIDENTES NAS ÁREAS DE IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO ORLA

5.1 – INVESTIMENTOS PÚBLICOS PREVISTOS NO PPA/2002

5.2 – INVESTIMENTOS PRIVADOS PREVISTOS

5.3 – AÇÕES E PROJETOS NÃO PREVISTOS NO PPA

6 – IDENTIFICAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DOS CONFLITOS DE USO DA ORLA NAS ÁREAS ELEMENTO DE INTERVENÇÃO

6.1 - RETENÇÃO E SUB-APROVEITAMENTO DE ÁREAS LIVRES X QUANTIDADE LIMITADA DE ÁREAS LIVRES ESTRATÉGICAS

6.2 - FALTA DE SEGURANÇA PÚBLICA X LAZER

6.3 – SUB-UTILIZAÇÃO DE ÁREA X LAZER

6.4 – OCUPAÇÃO DESORDENADA X ÁREAS DE PRESERVAÇÃO

6.5 – PESCA PREDATÓRIA X CONSERVAÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS

6.6 – LANÇAMENTO DE EFLUENTES X QUALIDADE AMBIENTAL (ÁGUA E RECURSOS NATURAIS)

7 – ESTRATÉGIAS DE IMPLANTAÇÃO DO PLANO

7.1 - FORMA DE LEGITIMAÇÃO DO PLANO DE INTERVENÇÃO

7.2 - MECANISMOS DE ENVOLVIMENTO DA SOCIEDADE

7.3 - ALTERNATIVAS DE ARTICULAÇÃO POLÍTICA

8 – SUBSÍDIOS E MEIOS EXISTENTES

8.1 - BASE LEGAL PREVISTA PARA AS AÇÕES NORMATIVAS

8.2 - BASE INSTITUCIONAL LOCAL PARA AS AÇÕES PREVISTAS

8.3 - FÓRUNS DE DECISÃO EXISTENTES NO ÂMBITO DO PLANO

8.4 - INSTRUMENTOS GERENCIAIS E NORMATIVOS LOCAIS EXISTENTES

8.5 - MATERIAL DE CONHECIMENTO DISPONÍVEL

8.6 - MATERIAL TÉCNICO-CIENTÍFICO DISPONÍVEL

9 – MONITORAMENTO

9.1 – USO DAS ÁREAS LIVRES E/OU SUB-APROVEITADAS

9.2 – ESTUDO DE VIABILIDADE DA IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA AQUAVIÁRIO

10 – SISTEMÁTICA DE ACOMPANHAMENTO, AVALIAÇÃO E REVISÃO DO PLANO

10.1 - USO DAS ÁREAS LIVRES E/OU SUB-APROVEITADAS

10.2 - ESTUDO DE VIABILIDADE DA IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA AQUAVIÁRIO

11 – APRESENTAÇÃO DO PLANO E CRONOGRAMA GERAL

ANEXOS

APRESENTAÇÃO

O Projeto Orla é uma iniciativa do governo federal, proposto pelo Grupo de Interação do Gerenciamento Costeiro (CIGERCO), da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (CIRM), tendo como coordenadores o Ministério do Meio Ambiente (MMA) e a Secretaria do Patrimônio da União (SPU) do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP), buscando alcançar os seguintes objetivos específicos:

- Fortalecer a articulação dos diferentes atores do setor público para a gestão integrada da orla, aperfeiçoando o arcabouço normativo para o ordenamento de usos e ocupação desse espaço;
- Desenvolver mecanismos de mobilização social para a gestão integrada da orla;
- Estimular o desenvolvimento sustentável na orla.

O Projeto tem sua base legal fundamentada, principalmente, nas Leis Nº 7.661/88 e 9.636/98. A primeira institui o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro (PNGC), e estabelece seus instrumentos de ação, entre eles a elaboração do Zoneamento Ecológico-Econômico e de planos de gestão em diversas escalas de atuação. O plano elaborado para a esfera federal, denominado Plano de Ação Federal para a Zona Costeira, foi aprovado em 1998 no âmbito da CIRM, abrangendo, dentre outras, uma linha de ação voltada para o Ordenamento da Ocupação e Uso do Solo, que tem como um de seus componentes a orla marítima.

Já a Lei Nº 9.36/98 versa diretamente sobre o patrimônio da União, do qual fazem parte os terrenos de marinha e seus acréscidos, parte significativa da orla marítima. Esta Lei atualiza as normas de sua utilização, coadunando-as aos princípios da política ambiental brasileira. Pode-se dizer que o Projeto Orla busca a internalização e operacionalização das recomendações destes dois documentos legais, focando a implementação de suas metas num espaço específico: a orla marítima.

A concepção de planejamento governamental do Projeto é a definida para o meio ambiente no texto da Constituição brasileira, qual seja, a da gestão compartilhada e concorrente entre os níveis de governo, de modo a estabelecer uma atuação articulada e solidária. Esse princípio da descentralização administrativa reforça as diretrizes de orientação estratégica do Plano Plurianual (PPA/2000).

Duas questões devem ser ressaltadas nesse contexto, sendo a primeira relativa ao aumento da eficiência da gestão da orla, por meio da descentralização dos procedimentos de destinação de usos de bens da União para os municípios, viabilizando o controle das atividades de fiscalização, regulamentação dos usos e da ocupação e estímulo a alternativas econômicas sustentáveis. A outra questão, que diz respeito à variedade de situações ambientais e institucionais ao longo da orla, associada à competência intrínseca da União em administrar seu patrimônio, requer a definição clara de diretrizes gerais para que o município, no desempenho das funções de gestor da orla, atenda aos interesses locais, sem perder de vista o interesse nacional.

Os benefícios do Projeto Orla para o Município de Vitória passam pelo aproveitamento do potencial turístico da cidade, principalmente o náutico; pela utilização das áreas livres estratégicas existentes, que deverão ser destinadas para empreendimentos que venham agregar qualidade de vida para o cidadão, além de ocupação e renda; passa também pela proteção dos recursos hídricos, da fauna e da flora, principalmente quando se considera a região de mangue, que é significativa e demanda um tratamento especial, já que está inserida em uma região urbanizada.

INTRODUÇÃO

A CIDADE DE VITÓRIA

A cidade de Vitória, capital do Estado do Espírito Santo (Fig. 01), possui uma área total de 105 Km² que abrange a região continental do município e as 34 ilhas que formam o Arquipélago de Vitória, apresentando uma extensão de orla de 65,1 Km (Fig. 02).

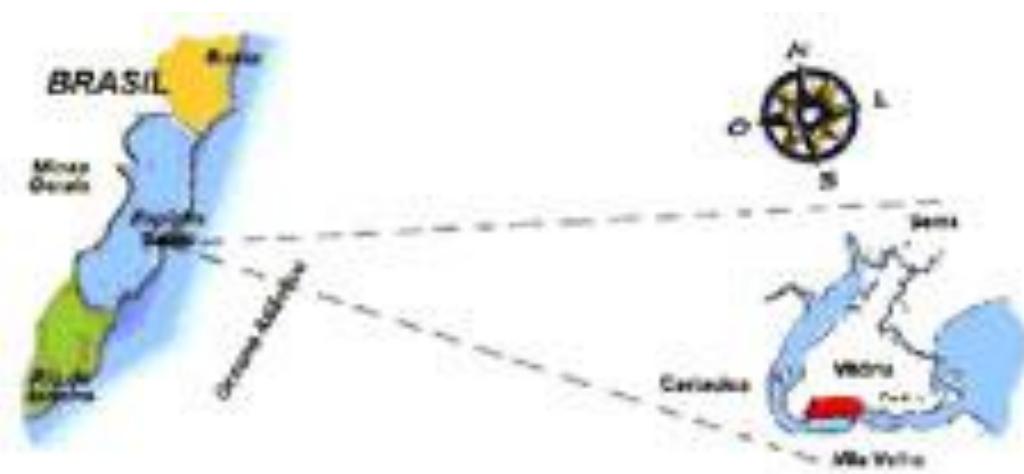


Figura 01 – Localização do Município de Vitória – ES.

Por localizar-se no litoral norte da costa sudeste do Brasil, entre as latitudes 20°13' e 20°20'S e longitudes 40°12' e 40°22'W e inserir-se na planície costeira adjacente à Serra do Mar, apresenta um clima tropical quente influenciado diretamente por incursões de frentes frias. Sua geomorfologia é caracterizada por áreas de planície costeira delimitadas por afloramentos graníticos do Complexo Paraíba do Sul, falésias e elevações da Formação Barreiras. Predominam na orla ecossistemas de ilhas oceânicas, bancos de algas, praias arenosas, costões rochosos, Mata Atlântica de encosta e ecossistemas associados, como restingas, manguezais e ecótonos, denominados de apicuns.

A Ilha de Vitória, banhada pelas águas das Baías do Espírito Santo e Vitória, é a maior em extensão e a mais importante, tanto histórica quanto economicamente, tendo iniciado ali o processo de colonização e urbanização do Estado. A região central da ilha abrigou as primeiras residências e as casas de comércio, tão importantes para a economia do Estado no século XIX e início do século XX.

A partir de meados do século XIX, à medida que crescia a importância da produção cafeeira para a economia do Espírito Santo, crescia o papel de Vitória como centro exportador do produto. Assim, a cidade foi atraindo pessoas e negócios, principalmente ligados ao comércio exterior, gerando a necessidade de construção de casas e lojas comerciais na região portuária, onde é hoje o centro de Vitória. Entretanto, devido às limitações geográficas, ao pequeno tamanho da ilha e pelo fato

de estar localizada caprichosamente entre a montanha e o mar, houve a necessidade de exploração de novas áreas, levando Vitória a ganhar novos contornos (Fig. 03). Porém, a limitação atual das áreas disponíveis em Vitória e, em contrapartida, a incessante preocupação em proporcionar condições cada vez melhores de moradia, lazer e trabalho, o que passa pela necessidade de atração de investimentos, leva ao entendimento de que deva haver a proteção de áreas livres hoje existentes e a orientação de seu uso para empreendimentos que possam contribuir para o desenvolvimento social, econômico e ambiental da cidade.



Figura 02 – Foto Aérea de Vitória.

De acordo com os dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), referentes ao censo de 2000, Vitória possui uma população de 292.304 habitantes, apresentando taxas de crescimento populacional e de densidade demográfica de 2,96% e 2.802,53, respectivamente. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é de 0,813, segundo o IPEA, refletindo, assim, o excelente desenvolvimento urbano e qualidade de vida alcançados.

A cidade é constituída por uma rede municipal de saúde bem equipada, distribuída e diversificada como também por uma consistente estrutura educacional que se caracteriza pela excelente qualidade. Ressalta-se, nesse sentido, o elevado índice de alfabetização da cidade, 95,7% da população acima de 10 anos (dados do censo de 2000/IBGE).

Aliados a esses fatores, o alto índice de áreas verdes por habitante, 95,55 m², muito acima daquele recomendado pela Organização Mundial de Saúde (OMS) para centros urbanos (16m²); a excelência na limpeza urbana do município e nos serviços de coleta de lixo, bem como os programas municipais de urbanização (Projeto Terra) habilitaram Vitória para obter merecido destaque pela Organização das Nações Unidas (ONU) como a 4^a capital do Brasil em qualidade de Vida, em 1998. Entretanto, problemas como a poluição industrial, portuária e de embarcação, decorrentes da utilização da Baía de Vitória para destinação final dos resíduos, são desafios ao desenvolvimento urbano e econômico sem comprometimento ambiental.

Em relação aos recursos hídricos e saneamento, o Município não possui manancial e depende exclusivamente do sistema Santa Maria/Jucu, que é insuficiente para a demanda existente. O índice de saneamento básico, em relação aos serviços de água tratada, é excelente e beneficia, aproximadamente, 98% das residências do Município. O sistema de esgoto sanitário atende a 30,4% dos lares da Capital.

No tocante aos outros elementos da infra-estrutura urbana, o fornecimento de energia elétrica atende plenamente a demanda da cidade. Vitória é responsável por cerca de 33,4% da energia elétrica total consumida no estado, abrangendo 110 mil consumidores em 2000. O sistema de transporte urbano da cidade transporta mensalmente quatro milhões de passageiros. Entretanto, o crescente fluxo de veículos, em média um veículo para três habitantes em 2000, tem despertado a preocupação das autoridades com o sistema de transporte coletivo do Município. Quanto à estrutura de telecomunicações, Vitória apresenta um dos sistemas de telecomunicações mais modernos do país. Ao todo, 758,7 mil telefones encontram-se em uso no estado. Estima-se que até 2003 cerca de 1,14 milhão de usuários no Estado tenham sua própria linha.

Vitória encontra-se no centro do desenvolvimento regional e próxima dos principais mercados do país. A Baía de Vitória situa-se no centro de um anel de concentração portuário-industrial em acelerado desenvolvimento e intensa interconexão. Não obstante, apesar de estarem dispersas pelo anel portuário-industrial, essas atividades têm em Vitória o seu apoio de comércio, serviços e gestão. Cabe ressaltar que o eixo dinâmico da economia da capital tem se deslocado das atividades industriais tradicionais para a ampliação e diversificação de atividades ligadas ao conhecimento e à propriedade intelectual, além daquelas ligadas aos serviços de apoio à economia urbana industrial. Destacam-se as atividades de intermediação financeira, consultorias, comércio exterior, turismo e tecnologia.

A cidade concentra cerca de 24% do Produto Interno Bruto (PIB) capixaba, 31% do potencial de consumo e 33% da mão-de-obra empregada do Espírito Santo. A estimativa é de R\$3,91 bilhões, em 2000, segundo o Instituto de Apoio à Pesquisa e ao Desenvolvimento Jones dos Santos Neves (IPES). A composição do PIB da capital do estado está distribuída da seguinte forma: 0,003%, pertence ao setor primário; 34,01% ao setor secundário; e 65,98% ao setor terciário (dados de 1997).

As atividades econômicas que influenciam diretamente a orla estão ligadas aos setores secundário e terciário. No setor secundário, as atividades industriais que causam maior impacto são a siderurgia, metal-mecânica e extração. Tais indústrias são responsáveis por grande parte da renda agregada, e dos empregos gerados no Município. As perspectivas de grandes descobertas de petróleo e gás natural na costa do Espírito Santo apontam para futuras intervenções espaciais e econômicas da indústria petrolífera na cidade. No setor terciário, os impactos são provenientes das atividades comerciais, imobiliárias e serviços, também importantes na geração de renda e emprego, além das atividades relacionadas ao turismo, como hotelaria, lazer e outros, que contribuem medianamente para a dinâmica econômica local.

Figura 03 – Terrenos de Marinha do Município de Vitória.

Dentro da metodologia trabalhada, proposta no treinamento do Projeto Orla - MMA, foram identificados cinco trechos ao longo da orla de Vitória, a fim de facilitar o delineamento das atividades de gestão. Além dos trechos, descritos a seguir e que possuem características distintas, foi definida a parte aquática como sendo, dentro do estuário do Rio Santa Maria ou Baía de Vitória, o limite municipal de Vitória, e para fora

do estuário dentro do limite imaginário entre a Ponta do Tagano (limite sul de Vitória) até o final da Ponta de Tubarão (Baía do Espírito Santo ou Camburi), seguindo daí a isóbata de dez metros até o limite do município ao norte (Fig. 04).

Trecho 1 – Entre a Ponta de Carapebus e o final da Ponta de Tubarão

Apresenta orla do tipo industrializada aberta até os píeres da Companhia Vale do Rio Doce e industrializada semi-abrigada até o limite com a Praia de Camburi.

É caracterizado ao norte por praias arenosas (Praia de Carapebus e Mole) voltadas para mar aberto. Em toda extensão são observados, espalhados pela orla, afloramentos remanescentes da Formação Barreiras na forma de “corações lateríticas”. As praias, ao longo do tempo, beneficiaram o desenvolvimento de pequenos balneários, e nos últimos anos estão sendo utilizadas também pela população de bairros suburbanos adjacentes. Na extremidade sul são observados terrenos elevados da Formação Barreiras com falésias, onde estão situadas o complexo ferroviário, industrial e portuário da Ponta de Tubarão.

Trecho 2 – Final da Ponta de Tubarão até a Terceira Ponte

Apresenta orla do tipo urbanizada semi-abrigada, excetuando-se o Canal da Passagem que pode ser classificada como urbanizada abrigada.

É um trecho de características mistas, com usos residencial, comercial (incluindo um shopping center), de lazer (calçadão, jardins, praias e praças), turismo e esportes náuticos. O trecho é caracterizado por praias (Camburi, Canto, Suá, Curva da Jurema, Castanheira, Grande, Pequena e Prainha) intercaladas pelo Canal da Passagem, costões rochosos (Ponta do Fato) e ilhas que foram incorporadas à Ilha de Vitória por meio de aterros (Ilhas do Boi, Bode e Papagaio) ou ligada por ponte (Ilha do Frade).

Excetuando-se as orlas das Ilhas do Frade e do Boi e suas praias que são voltadas para mar aberto, todas as outras áreas anteriormente citadas possuem características de locais semi-abrigados impactadas diretamente pelo lançamento de esgoto doméstico. A balneabilidade das praias é constantemente monitorada, sendo que as extremidades da Praia de Camburi e as praias do Canto, Suá e Jurema não possuem balneabilidade adequada. A orla do Canal da Passagem, uma das pontas do estuário onde se localiza a Ilha de Vitória, além de servir de área de lançamento de esgoto “in natura” é totalmente ocupada por residências e estaleiros que têm seus terrenos limitados pelo próprio curso d’água.

Trecho 3 – Terceira Ponte até o Cais do Hidroavião

Apresenta orla do tipo abrigada urbanizada abrigada em toda a sua extensão. É uma área de estuário circundada por planícies flúvio-marinhais e proximidade com os terrenos mais elevados do Maciço Central (maciço costeiro). Existem muitas áreas que

foram aterradas pelo crescimento da cidade, como é o caso da Enseada do Suá e a região da Rodoviária, sendo a região estuarina mais estreita e profunda.

Este trecho possui características diversas, abrigando estaleiros, portos, instalações institucionais, clubes náuticos, centros comerciais e bairros residenciais de média e baixa renda. É altamente impactada pelo lançamento de esgoto “in natura” não só do município de Vitória, mas de outros localizados ao longo do estuário (Vila Velha, Cariacica e Serra) e dos rios contribuintes da Baía de Vitória. Corresponde ao trecho mais impactado do ponto de vista visual, onde não há um padrão de urbanização. A orla é do tipo urbanizada abrigada em toda sua extensão.

Trecho 4 – Cais do Hidroavião até a Ponte da Passagem

Apresenta orla do tipo urbanizada abrigada em toda sua extensão. É o mais amplo, com características geológico-geomorfológicas semelhantes às do Trecho 3. A maior parte da orla era constituída por manguezais, que foram sendo suprimidos para dar lugar a residências de população de baixa renda (Grande São Pedro, Resistência, Joana D'arc, Mangue Seco etc), algumas sendo levantadas em palafitas dentro do canal estuarino. Possui ainda alguns centros universitários, como FAESA e UFES, esta última situada junto à Ponte da Passagem.

Trecho 5 – Manguezal de Vitória

Apresenta orla do tipo natural abrigada. É uma extensa área, muito próxima à orla urbanizada do Trecho 4, utilizadas por comunidades da Grande Vitória para extração de recursos naturais, como crustáceos, moluscos, peixes e cascas para retirada do tanino; lazer e esportes náuticos. Este trecho sofre com os lançamentos de esgoto “in natura” da Grande Vitória, com as pressões antrópicas de entorno (como ameaças constantes de invasão) e sobrepesca ou exploração inadequada de recursos pesqueiros.

Figura 04 – Delimitação da Orla para Vitória e Trechos identificados.

PLANO DE INTERVENÇÃO

Devido à grande complexidade da Orla do Município de Vitória, os trechos identificados estão sendo trabalhados separadamente. Este volume trata o Trecho 3 que vai da Terceira Ponte, no Bairro Enseada do Suá, até o Cais do Hidroavião, no Bairro Santo Antônio. A extensão da orla neste trecho é de 11,25 km e sua área total

abrange 20,20 km². A largura da orla em terra varia conforme a malha urbana. Em algumas regiões, como ocorre no extremo leste e no oeste do trecho, a orla abrangeu extensas áreas abertas, se apresentando bem ampla. Junto ao Centro, a largura da orla ficou mais restrita devido à urbanização consolidada e vertical. Ainda, algumas áreas elevadas foram abrangidas pela orla, como é o caso da Ilha do Príncipe, Ilha de Santa Maria e Morro Jesus de Nazaré, situados na região mediana do trecho (Fig. 05).

1 – IDENTIFICAÇÃO DO EXECUTOR

O Projeto Orla - Vitória será coordenado pela Prefeitura Municipal, através de suas Secretarias Municipais de Meio Ambiente e de Desenvolvimento da Cidade, entre outras, bem como terá apoio da Secretaria de Estado do Meio Ambiente.

2 – LOCALIZAÇÃO DAS ÁREAS ELEMENTO DE INTERVENÇÃO

As Áreas Elemento do Plano de Intervenção do Projeto Orla compreendidas no Trecho 3 situam-se em vários bairros cujos aspectos sócio-econômicos descreveremos para um melhor entendimento do contexto em que estão inseridas.

Enseada do Suá: zona de expansão com predominância de órgãos públicos e edifícios comerciais. Região muito valorizada e presença de áreas livres, sendo as maiores pertencentes à União.

Ilha da Fumaça: trecho com existência de áreas livres próximas à Prefeitura Municipal de Vitória. Importante área para intervenção a fim de proteger a região da ocupação desordenada do uso do solo. As áreas livres estão localizadas às margens da avenida que serpenteia a ilha de Vitória, sendo estratégica a sua proteção.

Jesus de Nazareth: ocupação classe média baixa (Projeto Terra).

Bairros Bento Ferreira e Praia do Suá: ocupação classe média.

Centro de Vitória: área da cidade que concentra maior quantidade de imóveis de valor histórico-cultural, como o Palácio Anchieta, Teatro Carlos Gomes, Escola de Artes FAFI, Capela Santa Luzia, Mercado da Capixaba, Convento São Francisco, Igreja do Rosário, Capela do Carmo, Catedral Metropolitana e Teatro Glória.

É no Centro de Vitória que está localizado o Porto de Vitória - composto por 6 terminais (Cais comercial de Vitória, Cais de Capuaba, Cais de Paul, Terminal da Flexibrás, Terminais de Granéis Líquidos de São Torquato e Terminal da Cia. Portuária de Vila velha – CPVV) subdivididos em 13 berços de atracação. A diversidade de cargas movimentadas em suas instalações faz desse porto um elemento crucial no processo de desenvolvimento da cidade e de toda a região metropolitana. Cargas movimentadas: bobinas de papel, celulose, açúcar, granéis agrícolas e produtos siderúrgicos, granéis sólidos, derivados de petróleo e álcool, mármore e granito, cargas em geral e containeres.

No Bairro Vila Rubim se encontra o Terminal Rodoviário Atílio Vivácua, e no seu entorno o bairro Santo Antônio, o mais antigo da cidade, que apresenta os seguintes

atrativos: 1) Parque Tancredo Neves – Tancredão - parque temático atualmente subutilizado e que poderia ser aproveitado para inúmeras atividades geradoras de emprego e renda, voltadas para o turismo e atividades de lazer e culturais; 2) Sambão do Povo – sambódromo – que por muitos anos ficou abandonado e hoje está totalmente reformado e operando para sua real finalidade; e 3) Cais do Hidroavião – que se encontrava num estado de completo abandono, mas passou por restauração a fim de ser utilizado de forma comercial - restaurante, loja de artesanato, além da possibilidade de passeios de hidroavião pela ilha.

O Centro de Vitória vem apresentando um processo de esvaziamento, desde a década de 70, devido, em princípio, à saída de moradores em direção à região das praias e, posteriormente, à descentralização dos órgãos da administração Pública para a região da Praia do Suá e Enseada do Suá. Atualmente apresenta também substituição de parte do comércio existente por comércio destinado à população de baixa renda e uma quantidade significativa de imóveis residenciais e comerciais desocupados. Com objetivo de reverter este quadro a Prefeitura Municipal de Vitória vem se empenhando em um Projeto de Revitalização do Centro.

3 – SÍNTES DO DIAGNÓSTICO E CLASSIFICAÇÃO DAS ÁREAS ELEMENTO DE INTERVENÇÃO

Selecionamos, como Áreas Elemento de Intervenção do Plano de Intervenção proposto pelo Projeto Orla, sete áreas compreendidas dentro do Trecho 3: a área do Caís do Hidroavião e a região do Parque Tancredo Neves (Tancredão) no extremo sul do município, a zona portuária de Vitória e a Praça do Índio na região central, a região da Ilha da Fumaça no litoral central, e as áreas do Hortomercado e da Cruz do Papa no extremo oeste do trecho.

A escolha destas áreas vinculou-se ao fato da orla deste trecho do Município de Vitória possuir uma grande extensão e complexidade de ambientes, que envolvem desde zonas portuárias, residenciais, de comércio, lazer e administrativa, até áreas que contemplam ecossistemas naturais, como o manguezal, praias, resquícios de Mata Atlântica e costões rochosos.

Ainda entendemos que, para que a orla deste trecho integrasse sua parte terrestre e sua área aquática, seria necessária a implantação de um sistema aquaviário que desenvolvesse suas atividades para dar suporte ao alavancamento do turismo e propiciassem um meio alternativo de transporte para a população da Região Metropolitana de Vitória. O estudo de viabilidade de implantação de um sistema aquaviário na Baía de Vitória é entendido como uma ação que contribui para a consolidação das intervenções propostas para o Trecho 3.

3.1 – Caís do Hidroavião

3.1.1 – Caracterização e Contexto Urbano

A região do Cais do Hidroavião se caracteriza morfologicamente por se situar no encontro das áreas mais elevadas do Maciço Central com as águas da Baía de Vitória, que nesta região apresentam profundidades relevantes (Fig. 06).

Apresenta uma urbanização consolidada, predominantemente residencial, com algum uso comercial e institucional, caracterizando-se como um prolongamento da mancha urbana consolidada do centro da Ilha de Vitória, onde houve a ocupação desordenada, horizontal, de primeira residência (Fig. 07).



Figura 06 – Localização da área do Cais do Hidroavião no Município de Vitória

De acordo com a classificação proposta pelo Projeto Orla (Fig. 08), a área de estudo foi delimitada a partir da Baía de Vitória até a Av. Santo Antônio.

A região é plenamente atendida pelos serviços de abastecimento de água, energia e coleta de lixo. Entretanto não dispõem ainda de coleta de esgoto, os quais são tratados por sistemas de fossa e filtro ou são lançados na Baía de Vitória através da rede pluvial.



Figura 07 – Fotografia aérea da região do Caís do Hidroavião (Foto: MAPLAN. Escala Original: 1:9100 – Abril / 2000).

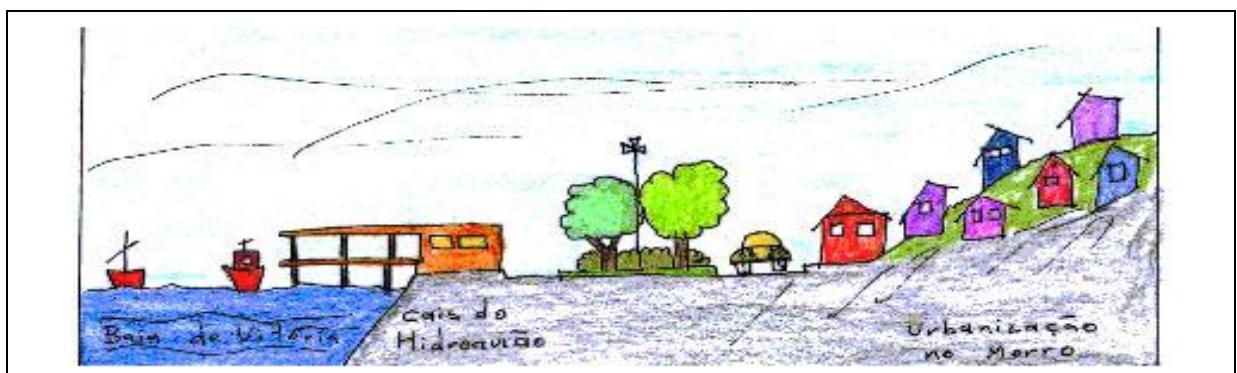


Figura 08 – Transecto da Orla do Caís do Hidroavião

3.1.2 - Situação legal e institucional

Segundo o Zoneamento Urbanístico, como pode ser observado na figura 09, a região do Cais do Hidroavião apresenta duas zonas de uso. A maior parte da área é classificada como Zona de Usos Diversos (ZUD 3-01) e a margem da baía é classificada como Zona Natural (ZN-2) apesar de não mais preservar suas características originais.

Segundo o Zoneamento de Planejamento a área é classificada em sua maior parte como Zona de Revitalização Urbana (ZRU) e a margem da baía é classificada como Zona de Proteção Paisagística (ZPP).

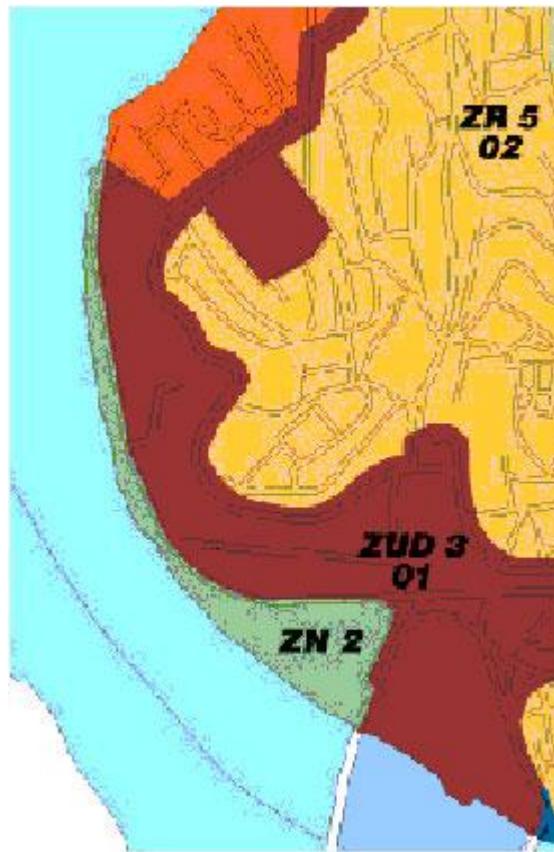


Figura 09 – Zoneamento Urbanístico do PDU de Vitória (Lei N. 4.167/94) da região do Caís do Hidroavião. Classificação: ZN 2 – Zona Natural 2; ZR 5-02 – Zona Residencial; ZUD 5-01 – Zona de Usos Diversos.

3.2 – Parque Tancredo Neves (Tancredão)

3.2.1 – Caracterização e Contexto Urbano

Trata-se de uma região que sofreu aterro da Baía de Vitória no final da década de 70, caracterizando-se como um prolongamento da mancha urbana consolidada do centro da Ilha de Vitória, onde houve a ocupação desordenada, horizontal, de primeira residência. A região é delimitada junto à Baía de Vitória por meio de enrocamento (Fig. 10).

Nesta área destacamos um grande parque urbano municipal, o Parque Tancredo Almeida Neves, conhecido como Parque Tancredão (Fig. 11), hoje sem muitos atrativos e com uso definido para eventos de finais de semana (religiosos, ação global, entre outros); o Teatro Carmélia, pertencente ao Governo do Estado e desativado; um sambódromo municipal, denominado de Sambão do Povo; o Terminal Rodoviário Atílio Vivacqua, concessionado à iniciativa privada; um hotel, áreas residenciais e de comércio, entre outros.



Figura 10 – Localização da área do Parque Tancredo Neves.

A área é atendida em 98% por serviços de água tratada, sem coleta e tratamento de esgoto, sendo os mesmos lançados na Baía de Vitória através da rede de drenagem. A coleta de lixo é de 100% tanto na coleta residencial quanto na varrição, assim como o atendimento com rede elétrica.

Nesta área de estudo predomina uma orla urbanizada consolidada abrigada de forma linear num contexto de Baía, com presença de canal denominado Canal da Baía de Vitória (Figura 12). Os elementos laterais consistem em uma matriz urbanizada. A urbanização do trecho é convencional contínua, observam-se alguns problemas ambientais como a poluição das águas e o descaso com a manutenção do parque existente no local, deixando-o num estado de completo abandono. Analisando a região pela avaliação paisagística, sua cobertura destaca-se como mancha urbana, cidade, horizontal com presença de canais e morros.

3.2.2 – Situação legal e institucional

De acordo com o Plano Diretor Urbano de Vitória - Lei n° 4167/94, o trecho exposto possui zoneamento diferenciado quanto à urbanização e planejamento (Fig. 13).

O Zoneamento Urbanístico estabelece que o Terminal Rodoviário e a área residencial e de comércio do entorno caracterizam-se como Zona de Uso Diverso (ZUD 3 01), onde podem se concentrar atividades urbanas diversificadas; o Tancredão e o Sambão do Povo são consideradas como Zona Natural (ZN2), destinadas à preservação dos ecossistemas naturais e criados, podendo ser utilizados para fins de lazer, educativos, recreativos, turismo, cultural, esportes e de pesquisa científica. A área do Cais do Hidroavião é tida como Zona Residencial (ZR 2 04).



Figura 11 – Fotografia aérea da área do Parque Tancredo Almeida Neves. (Foto: MAPLAN. Escala Original: 1:9100 – Abril / 2000).



Figura 12 – Transecto da área do Parque Tancredão.

Segundo o Zoneamento de Planejamento, o Tancredão, o Sambão do Povo e a orla da Rodoviária são caracterizados como Zona de Preservação Paisagística (ZPP), onde somente são permitidas obras necessárias à recomposição do contorno com a linha d'água e que venham contribuir para a valorização paisagística, o potencial turístico e de lazer do município.

A Rodoviária e a área residencial e de comércio do entorno são compreendidas em uma Zona de Revitalização Urbana (ZRU), sendo objeto de programas de proteção das edificações de interesse de preservação e de valorização do ambiente urbano.

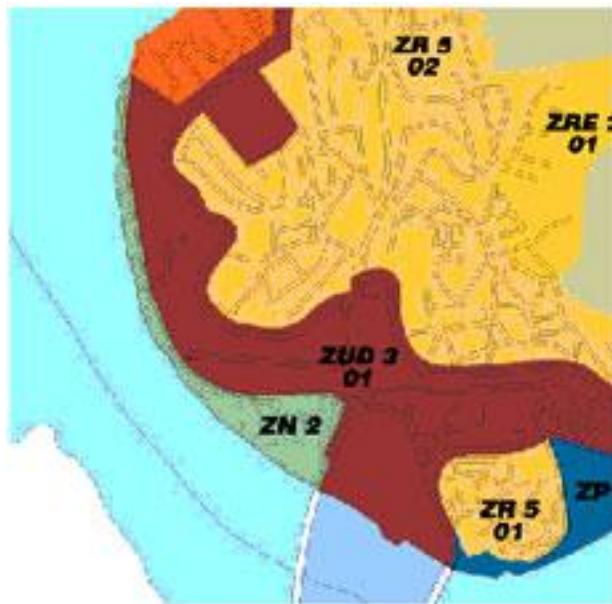


Figura 13 - Zoneamento Urbanístico do PDU de Vitória (Lei N. 4.167/94) da região do Parque Tancredo. Classificação: ZN2 – Zona Natural 2; ZR5/02 – Zona Residencial; ZRE2/01 – Zona Residencial Especial; ZUD 3 /01 – Zona de Usos Diversos; ZP – Zona Portuária.

3.3 – Companhia Docas do Espírito Santo - CODESA

3.3.1 – Caracterização e contexto urbano

A região da CODESA (Fig. 14 e 15) apresenta uma urbanização consolidada, contempla parte do Porto de Vitória e parte do Centro, onde predomina o uso comercial e institucional.

De acordo com a classificação proposta pelo Projeto Orla, a área de estudo foi delimitada a partir da Baía de Vitória até a Av. Florentino Avidos, sendo a orla neste trecho bastante estreita. Grande parte da área é ocupada pelos armazéns e pelo píer do porto (Fig. 16).

A região é plenamente atendida pelos serviços de abastecimento de água, energia e coleta de lixo. Entretanto não dispõem ainda de coleta de esgoto, os quais são lançados na Baía de Vitória através da rede pluvial.



Figura 14 - Localização da área da CODESA.



Figura 15 - Fotografia aérea da região central de Vitória, onde está localizada a CODESA.



Figura 16 - Transecto da região do Porto de Vitória.

3.3.2 - Situação legal e institucional

Conforme o Zoneamento Urbanístico, figura 17 a região é classificada como Zona de Usos Diversos (ZUD 3-01), sendo a área do Porto classificada como Zona Portuária (ZP). Segundo o Zoneamento de Planejamento a área é classificada em sua maior parte como Zona de Revitalização Urbana(ZRU), sendo a área do Porto classificada como Zona de Proteção Paisagística (ZPP).

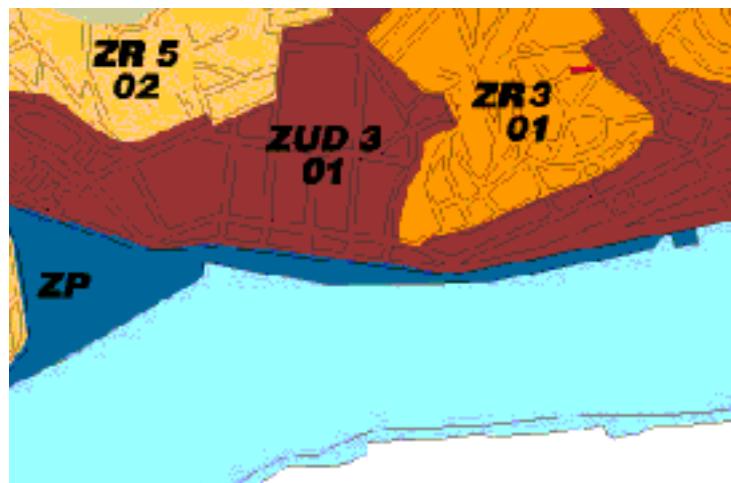


Figura 17- Zoneamento Urbanístico do PDU de Vitória (Lei N. 4.167/94) da região do Porto de Vitória. Classificação: ZP – Zona Portuária; ZR 5-02 – Zona Residencial; ZR 3-01 – Zona Residencial; ZUD 3-01 – Zona de Usos Diversos.

3.4 – Praça do Índio

3.4.1 – Caracterização e contexto urbano

A região da Praça do Índio apresenta uma urbanização consolidada, predominantemente de uso comercial, apresentando também edificações pertencentes a administração estadual e municipal (Fig. 18). Está localizada junto ao ponto de maior estreitamento da Baía de Vitória, sendo grande parte da área ocupada pela própria praça (Fig. 19).



Figura 18 - Localização da Praça do Índio

De acordo com a classificação proposta pelo Projeto Orla, a área de estudo foi delimitada a partir da Baía de Vitória até a Av. Princesa Isabel, sendo a orla neste trecho bastante estreita (Fig. 20).

A região é plenamente atendida pelos serviços de abastecimento de água, energia e coleta de lixo. Entretanto não dispõem ainda de coleta de esgoto, os quais são lançados na Baía de Vitória através da rede pluvial.



Figura 19- Fotografia aérea da região central de Vitória, onde está localizada a Praça do Índio.



Figura 20 - Transecto da região do Praça do Índio.

3.4.2 - Situação legal e institucional

Segundo o Zoneamento Urbanístico (Fig. 22) a região da Praça do Índio é classificada como Zona de Usos Diversos (ZUD 3-01).

Segundo o Zoneamento de Planejamento a área é classificada em sua maior parte como Zona de Revitalização Urbana(ZRU).



Figura 21 - Zoneamento Urbanístico do PDU de Vitória (Lei N. 4.167/94) da região da Praça do Índio. Classificação: ZUD 3-01 – Zona de Usos Diversos.

3.5 – Ilha da Fumaça

3.5.1 – Caracterização e contexto urbano

A Ilha da Fumaça (Fig. 22) está ligada a Ilha de Vitória através de uma pequena ponte (Fig. 23), sendo uma das 34 ilhas, ilhotas e pedras do arquipélago costeiro que forma o Município de Vitória. Estas são parte do embasamento cristalino da Serra do Mar, de solos podsólicos distróficos e litólicos rasos, pouco férteis, apresentando afloramentos rochosos. A segurança desses solos é dada pela cobertura vegetal de Mata Atlântica característico da Região Sudeste.



Figura 22 – Localização da região da Ilha da Fumaça.



Figura 23 – Fotografia aérea da região da Ilha da Fumaça

Na Ilha da Fumaça a vegetação arbórea e arbustiva cobre boa parte da sua área de 7,5 Ha. Apesar de uma grande porção ter sido eliminada por algumas edificações residenciais, comerciais e de serviços náuticos, a vegetação é bem adensada na parte voltada para a baía devido à grande declividade do terreno. Ainda existe um manguezal de pequeno porte no lado norte da ponte que dá acesso à ilha. Na sua face voltada para o canal da Baía de Vitória existem dois atracadouros.

Ainda neste trecho ocorrem terrenos de relevo plano provenientes de antigos aterros da Baía de Vitória sendo servidos, além da Av. Mascarenhas de Moraes, por ruas de acesso, onde se localizam prédios públicos (Câmara Municipal de Vitória, Prefeitura Municipal de Vitória, INSS) e particulares (Rede Gazeta de Comunicações e residências), um clube esportivo, além de dois terrenos livres que perfazem uma área de 3,27 Há (Fig. 24).

A região é atendida em 98% por serviços de água tratada. A coleta e tratamento de esgoto não são realizados de forma eficiente, sendo captados através de um canal coletor de águas pluviais que passa entre os dois terrenos livres e lançados por uma estação de bombeamento na Baía de Vitória. Este quadro deverá mudar a partir do final de 2002, quando haverá a implantação de um sistema de esgotamento sanitário, beneficiando diretamente os bairros de entorno. Com a retirada dos esgotos do canal, implantado para escoamento das águas pluviais, esta área voltará a ter balneabilidade, tornando-se assim mais um local possível de eventos náuticos.



Figura 24 – Planta da área da Ilha da Fumaça

De acordo com a classificação proposta pelo Projeto Orla, a área estudada – Trecho Ilha da Fumaça – foi delimitada a partir do mar até a primeira quadra, a orla foi considerada em processo de urbanização (área natural da Ilha da Fumaça; terreno desocupado privado), com predomínio de usos diversos (residencial, entretenimentos, estaleiros e ancoradouros) e como também, orla especial por presença de terreno sem ocupação pertencente ao Ministério do Exército. A forma geral da linha costeira e seu contexto foi caracterizado como Baía, e os elementos predominantes são o manguezal, costão e fragmentos de Mata Atlântica (Fig. 25).

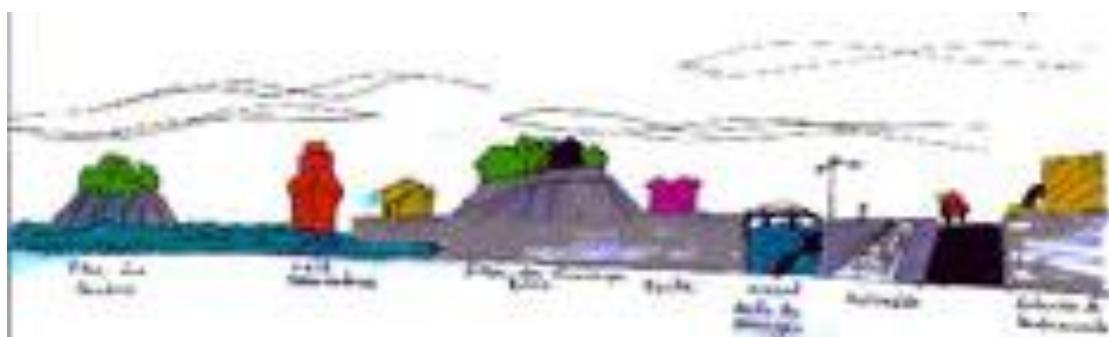


Figura 25 – Transecto da região da Ilha da Fumaça

Os elementos laterais consistem em uma matriz urbanizada com fragmentos de Mata Atlântica e mangue. A urbanização do trecho é convencional descontínua, com presença de alguns problemas ambientais como: o desmatamento, a poluição das águas, a descaracterização e privatização da encosta e o lançamento de esgotos através da rede de drenagem.

Analizando a região pela avaliação paisagística sua cobertura destaca-se como mancha urbana, cidade, horizontal, com presença de Mata Atlântica, manguezal e elementos como canais, ilhas, costão e morros.

Atualmente, observa-se que a Ilha da Fumaça vem apresentando alguns problemas. Em primeiro lugar, há uso indevido para atividades navais, com a presença de estaleiros não regularizados, facilitando a proliferação de atividades suspeitas – tráfico de drogar e contrabando. Em segundo lugar, as atividades atualmente observadas não são condizentes com a vocação da ilha, acarretando sub-aproveitamento da área, desperdício de local que poderia ser destinado a atividades mais rentáveis e que constituíssem uma opção de lazer ao cidadão com acesso irrestrito, bem como poluição visual. Em terceiro lugar, mas não menos importante, há pressão constante sobre o ecossistema de Mata Atlântica remanescente (desmatamento).

3.5.2 – Situação legal e institucional

De acordo com o Plano Diretor Urbano de Vitória - Lei nº 4167/94 (Fig. 27), a área da Ilha da Fumaça é definida como Zona de Proteção Ambiental (ZPA) e Zona Natural (ZN2), destinada a preservação integral dos ecossistemas, preservação da paisagem, podendo ser utilizada para fins de lazer, educativos, recreativos, turístico, esportivo e de pesquisa científica.

Os terrenos do Ministério do Exército e da Distribuidora Disco encontram-se em uma Zona de Uso Diverso (ZUD 5 01) pelo Zoneamento Urbanístico, onde deve haver predominância do uso comercial e de serviços.



Figura 26 - Zoneamento Urbanístico do PDU de Vitória (Lei N. 4.167/94) da região da Ilha da Fumaça. Classificação: ZN 2 – Zona Natural 2; ZR 5-03 – Zona Residencial; ZUD 5-01 – Zona de Usos Diversos.

3.6 –Hortomercado

3.6.1 – Caracterização e contexto urbano

A região do Hortomercado foi criada através de aterros na década de 70 (Fig. 27). Atualmente a área aterrada apresenta uma urbanização consolidada com a presença de terrenos disponíveis que vem sendo rapidamente ocupada por empreendimentos comerciais e hoteleiros. A região apresenta também um pequeno pólo industrial voltado para as atividades marítimas, composto por um estaleiro, uma indústria de pescado, um entreposto de pesca, um terminal de barcaças (para abastecimento de navios) e outras atividades correlatas (Fig. 28).

De acordo com a classificação proposta pelo Projeto Orla, a área de estudo foi delimitada a partir da Baía de Vitória até a Av. Marechal Mascarenhas de Moraes (Fig. 29).



Figura 27 – Localização da Região do Hortomercado

A região é plenamente atendida pelos serviços de abastecimento de água, energia e coleta de lixo. Entretanto não dispõem ainda de coleta de esgoto, a qual encontra-se em fase de implantação da rede de coleta.

3.6.2 - Situação legal e institucional

Segundo o Zoneamento Urbanístico, a região do Hortomercado apresenta diversas zonas de uso (Fig. 30). O Hortomercado está situado numa Zona de Usos Diversos (ZUD 5-01), uma Zona Especial (ZE) contempla a área da Capitania dos Portos, uma Zona Residencial Especial (ZRE 2-06) contempla o bairro Jesus de Nazaré e o pólo industrial, parte da margem da baía é classificada como Zona Natural (ZN 2), assim como o topo de Morro de Jesus de Nazaré 1.



Figura 28 – Vista aérea da região do Hortomercado



Figura 29 – Transecto da área



Figura 30- Zoneamento Urbanístico do PDU de Vitória (Lei N. 4.167/94) da região do Hortomercado. Classificação: ZN 1 – Zona Natural 1; ZN 2 – Zona Natural 2; ZE – Zona Especial; ZR 2-06 – Zona Residencial; ZUD 3-02 – Zona de Usos Diversos.

Segundo o Zoneamento de Planejamento a área é classificada em sua maior parte como Zona de Urbanização Negociada (ZUN), com o bairro Jesus de Nazaré sendo Zona de Intervenção Pública (ZIP), o topo de Morro de Jesus de Nazaré é Zona de Proteção Ambiental (ZPA) e a margem da baía é classificada como Zona de Proteção Paisagística (ZPP).

3.7 – Cruz do Papa

3.7.1 – Caracterização e contexto urbano

A região da Cruz do Papa foi criada através de aterros na década de 70 (Fig. 31). Atualmente a área aterrada apresenta uma urbanização consolidada, apesar de ainda existirem terrenos disponíveis, estes vem sendo rapidamente ocupados por empreendimentos comerciais e hoteleiros (Fig. 32).

De acordo com a classificação proposta pelo Projeto Orla, a área de estudo foi delimitada a partir da Baía de Vitória até a Av. Marechal Mascarenhas de Moraes (Fig. 33).

A região da Cruz do Papa é quase inteiramente composta de terrenos não edificados, pertencentes a União. A área é freqüentemente utilizada para a realização de eventos culturais e esportivos.

A Ilha do Papagaio, unida à Ilha de Vitória pelo aterro, tombada pelo Município, apresenta sua cobertura vegetal pouco preservada. Entre a ilha e o aterro existe uma pequena praia freqüentada pela população local.

A região é plenamente atendida pelos serviços de abastecimento de água, energia e coleta de lixo. Entretanto não dispõem ainda de coleta de esgoto, a qual encontra-se em fase de implantação da rede de coleta.

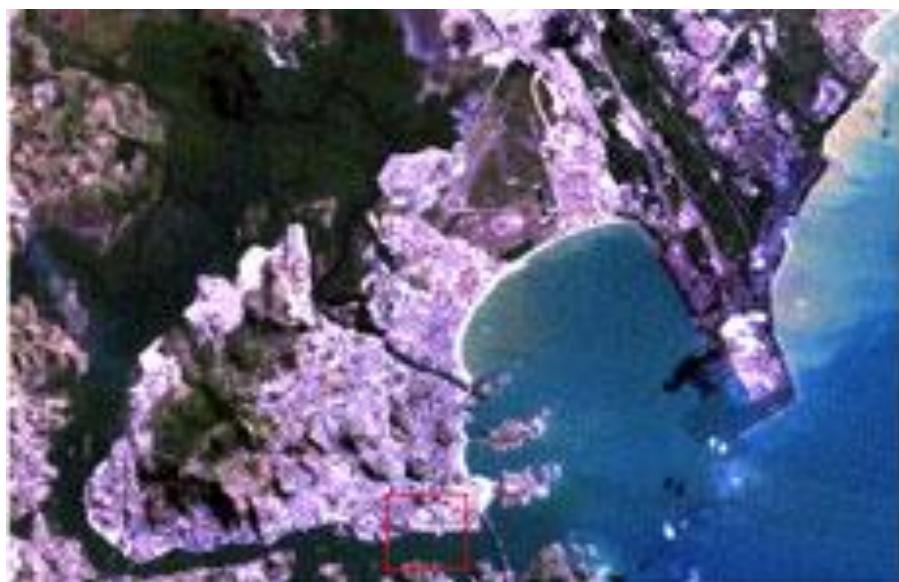


Figura 31 – Localização da Região da Cruz do Papa.



Figura 32 – Vista aérea da região da Cruz do Papa.

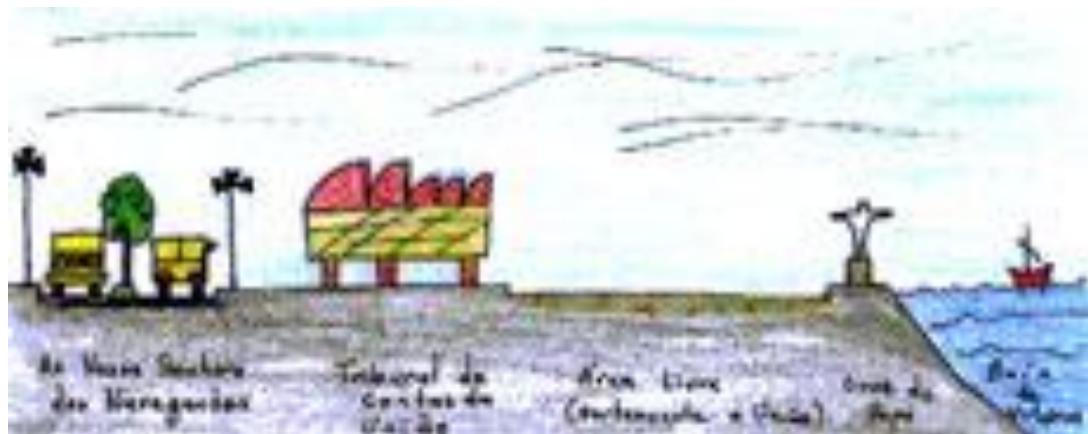


Figura 33 – Transecto da área da Cruz do Papa

3.7.2 - Situação legal e institucional

Segundo o Zoneamento Urbanístico a região apresenta diversas zonas de uso. Conforme pode ser observado na figura 34, a área da Cruz do Papa está situado numa Zona Especial (ZE), que também contempla a área da Capitania dos Portos, uma Zona Residencial (ZR 1-03) contempla parte da Enseada do Suá e a margem da baía e a Ilha do Papagaio são classificadas como Zona Natural (ZN 2).

Segundo o Zoneamento de Planejamento a área é classificada em sua maior parte como Zona de Urbanização Negociada (ZUN), sendo a margem da baía e a Ilha do Papagaio classificadas como Zona de Proteção Paisagística (ZPP).



Figura 34 - Zoneamento Urbanístico do PDU de Vitória (Lei N. 4.167/94) da região da Cruz do Papa. Classificação: ZN 2 – Zona Natural 2; ZE – Zona Especial; ZR 1-03 – Zona Residencial; ZUD 4 – Zona de Usos Diversos.

4. CENÁRIO DE USOS DESEJADOS

4.1 – Caís do Hidroavião

O antigo porto dos aviões perdeu a função original, onde a idéia atual é um ponto de apoio ao turismo náutico e ecológico, podendo servir também como base para eventos esportivos náuticos. A alocação de espaço para a instalação de bar/ restaurante é uma das potencialidades.

4.2 – Parque Tancredo Neves (Tancredão)

Tratando-se de uma área que já possui um grau mínimo de infra-estrutura, o Parque Tancredão requer a sua integração ao contexto da cidade, principalmente no que diz respeito à melhor utilização de seu espaço e entorno, recuperando e implementando novos equipamentos, viabilizando, além do seu fim para o lazer, a atração de eventos culturais diversos. Abaixo são elencadas algumas ações que consideramos necessárias para a reurbanização da região.

4.2.1 – Reurbanização do Parque

- Revitalização da concha acústica com eventos culturais (shows, peças de teatro, apresentações diversas) nos finais de semana;
- Incentivo à instalação de feiras diversas (artesanato, gastronômica etc.);
- Arborização de porte para sombreamento;
- Implantação de quadra de esportes com escolinhas, pista de patinação e skate, quadra de vôlei de praia e trajeto para pista;
- Instalação de playgrounds;
- Atracadouro para barcos;
- Municipalização, revitalização e integração do teatro Camélia;
- Localização de área de estacionamento (em "V") junto à Av. Dario Lourenço de Souza;
- Arborização e implantação e ciclovia no trajeto Rodoviária, Tancredão, Sambão do Povo e Cais do Hidroavião;
- Implantação e integração de "Universidade Popular Municipal" com o Parque Tancredo Neves;
- Projeto de divulgação e de parcerias de manutenção do Parque Tancredo Neves.

4.2.2 – Projeto Aquaviário

- Implantação do projeto envolvendo o Parque Tancredo de Almeida Neves, Cais do Hidroavião e Terminal Rodoviário, que deverão contemplar atracadouros;
- Programa de integração com o Museu de Biologia e História, localizado no Sambão do Povo e o Museu Ferroviário Vale do Rio Doce em Vila Velha.

4.2.3 – Sambão do Povo

- Revitalização do Sambão do Povo, com deslocamento de eventos de grande porte que atualmente estão sendo realizados em outros locais, como o Carnaval de Vitória, o Vital e o Desfile de Sete de Setembro;

- Implantação e espaços para cursos e venda de produtos (associações, padarias, etc) em conformidade com o PRONAGER;
- Retirada do depósito da PMV que hoje localiza-se embaixo da estrutura das arquibancadas e destinar a marcenaria para a realização de cursos.

4.2.4 – Terminal Rodoviário

Estacionamento com taxa acessível e implantação de área com taxa livre.

4.2.5 – Proposta de viabilidade de vias de acesso ao Centro

Para que haja uma redução nos congestionamentos do centro de Vitória, entendemos que poderiam ser implantadas duas vias de acesso ao Centro de Vitória, uma somente para os caminhões que carregam e descarregam do Porto de Vitória e outra para autos particulares de transporte que teriam um fluxo mais livre.

4.3 – Companhia Docas do Espírito Santo - CODESA

A utilização de alguns dos antigos galpões do Porto de Vitória, hoje com uso portuário restrito, vem sendo discutida entre a Companhia Docas do Espírito Santo (CODESA) e a Prefeitura de Vitória. A CODESA pretende adequar a área de um galpão para o recebimento de passageiros, instalando área para eventos, bar e restaurante. O município, através do projeto “Integração Porto X Cidade”, integrante do Programa de Revitalização do Centro de Vitória, pretende resgatar a relação da zona portuária com a cidade e a ligação física e visual com o mar, através de proposta de intervenção arquitetônica e urbanística.

Em ambos os casos, a falta de vagas de estacionamento e o trânsito do Centro de Vitória ainda são o maior empecilho.

4.4 – PRAÇA DO ÍNDIO

A Praça do Índio, também integrante do Programa de Revitalização do Centro de Vitória, é uma área de grande valor paisagístico por se localizar às margens da Baía de Vitória e possuir topografia privilegiada, podendo oferecer a apreciação da baía e do Penedo.

O projeto prevê área organizada de estacionamento, playground, quadra poliesportiva, arquibancadas para apreciação de regatas, espaço de lazer contemplativo e um mirante.

4.5 - ILHA DA FUMAÇA

4.5.1 - Área do Ministério do Exército

De acordo com sugestão de uso proposta pelo Projeto Orla 21 da Prefeitura Municipal de Vitória - PMV, o terreno do Ministério do Exército contemplaria um local de estacionamento de suporte a uma área de entretenimento e lazer conjugados aos empreendimentos do entorno (casa de show e Ilha da Fumaça).

4.5.2 - Área da Distribuidora Disco

A sugestão de uso prevê a instalação de uma casa de show ao estilo do Canecão no Rio de Janeiro, devido à carência de um local dessa natureza em Vitória, com espaço suficiente e infra-estrutura para receber artistas de renome nacional e internacional.

4.5.3 - Ilha da Fumaça

A PMV, no seu Projeto Orla 21, possui uma sugestão de uso para a Ilha da Fumaça onde se pretende instalar um complexo de entretenimento e lazer, contemplando bares temáticos, restaurantes de comida especializada, boites, *delicatessen*, cafés e tabacarias. No projeto também são contemplados serviços variados tais como salão de beleza, farmácia e a possibilidade de instalação de um resort, porém entendemos que tais propostas fugiriam do contexto histórico-cultural e ambiental que se deseja para a ilha;

Na Ilha da Fumaça deverá haver a separação da área de utilização prevista no Orla 21 com a Área de Preservação Permanente, onde a instalação da área dos bares e restaurantes se situaria na parte baixa da ilha, junto à ponte de acesso, preservando a vegetação atualmente existente na parte voltada para a Baía de Vitória e promovendo o seu enriquecimento no restante do morro, conservando o manguezal.

Outra idéia é viabilizar o tombamento das ruínas e casa existentes, propondo a implantação de um museu e área de eventos histórico-culturais, bem como a revitalização das casas de pescadores da parte baixa da Ilha da Fumaça.

Em relação a um dos usos hoje existentes na ilha, há necessidade de regularização dos atracadouros particulares e a construção de um atracadouro público, inclusive podendo estar interligado ao Projeto Aquaviário.

Também se sente a necessidade de uma maior adequação da estrutura da ponte recentemente construída aos aspectos histórico-culturais e ambientais da ilha e sua integração com o complexo de entretenimento.

4.6 – HORTOMERCADO

Como antigo mercado de frutas, verduras e legumes, o Hortomercado da Praia do Suá pode se transformar em um centro gastronômico de 2.000 m² de área, polarizando a demanda por restaurantes, cafés e lanchonetes, além de sua função original de mercado integrada à nova realidade a ser instalada, apresentada por um público crescente que busca a região atraído pelo novo centro de negócios da Enseada do Suá.

4.7 – CRUZ DO PAPA

A área da Cruz do Papa, que pertence à União, com 60.400 m², atualmente é utilizada para eventos culturais intermitentes. A proposta é a instalação de um parque temático que vise manter e ressaltar os marcos visuais existentes como o Convento a

Penha, a Pedra dos Dois Olhos, o Monumento da Paz, a Ilha do Papagaio e a Baía de Vitória, podendo ser acessado tanto por terra como por mar.

O projeto será composto por diferentes espaços, como Praça de Eventos permanente, Caminho das Águas Dançantes com jardins e chafarizes, Centro Cultural e Aquário Municipal, Marina Pública (ampliação e reformulação da marina da Enseada do Suá) e estacionamentos.

Há a previsão do desaterro da Ilha do Papagaio, a fim de tentar recompor as linhas de contorno originais da mesma, tornando-a ilha novamente e promovendo a sua valorização paisagística. Neste mesmo sentido, propõe-se que a ilha seja ambientalmente recuperada e preservada.

5. INVESTIMENTOS PREVISTOS NAS ÁREAS DE IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO ORLA

Tendo base no Plano Estratégico elaborado para o Município de Vitória – Vitória do Futuro 1996-2014 e no Plano Plurianual (PPA/2002), levantamos os projetos previstos para o trecho correspondente, a fim de proporcionar uma melhor orientação na elaboração do Plano de Intervenção, visando um aproveitamento adequado da orla.

5.1 – INVESTIMENTOS PÚBLICOS PREVISTOS NO PPA/2002

5.1.1 - Programa Orla 21

O objetivo deste programa é promover o incremento de negócios no Município de Vitória, agregando vantagens tanto para o aumento da qualidade de vida para a população local quanto para a atração turística, através de ações específicas, como:

- Desapropriação/aquisição de áreas/imóveis para concessão.
- Implantação/manutenção de infra-estrutura e atividades de apoio ao turismo.
- Divulgação/acompanhamento de concessões de espaços públicos precedido ou não de obra.
- Identificação de novas oportunidades de negócios no Município.

5.1.2 - Programa Revitalização do Centro

Objetivo: revalorizar o Centro de Vitória, em parceria com a sociedade, nos aspectos sócio-econômicos, histórico cultural, ambiental e urbano, potencializando suas especificidades.

- Reforma da Escola de Teatro e Dança – FAFI.
- Reforma da Casa Porto das Artes Plásticas.
- Recuperação da área da Grande Vila Rubim.
- Integração Porto x Cidade.
- Recuperação da área do Sambão do povo, da Orla Rodoviária e do Cais do Hidroavião.

5.1.3 - Programa Gestão do Desenvolvimento Econômico

Objetivo: fomentar as atividades econômicas já existentes e atrair novos investimentos.

- Áreas Livres - identificação, catalogação e divulgação de áreas estratégicas do Município.

5.1.4 - Programa Terra

Objetivo: oferecer iguais oportunidades aos moradores da cidade e desenvolver o processo de inclusão social, promoção humana e a melhoria da qualidade de vida da população alvo.

- Poligonal 05.
- Poligonal 06.

5.2 – INVESTIMENTOS PRIVADOS PREVISTOS

5.2.1 – Companhia Docas do Espírito Santo (CODESA)

Serão realizadas obras de dragagem da Baía de Vitória totalizando R\$2,5 milhões; investimentos R\$ 97 milhões incluídos no Plano de Desenvolvimento e Zoneamento Portuário;

5.2.2 – Companhia Siderúrgica de Tubarão (CST)

A empresa está investindo US\$ 450 milhões no laminado de tiras a quente, além de estar previsto investimento da ordem de R\$ 278,4 milhões em implementação de usina termelétrica;

5.2.3 – Companhia Vale do Rio Doce (CVRD)

Investimentos totais da ordem de US\$ 157,3 milhões – US\$ 23,3 milhões para os próximos quatro anos nas sete usinas de pelotização do complexo de Tubarão; US\$ 21 milhões no Terminal de Vila Velha (TVV) com a aquisição de equipamentos para agilizar os embarques e desembarques de conteineres; US\$ 8 milhões para ampliação do cais do TVV possibilitando atracação de dois navios; US\$ 40 milhões para investimentos no Terminal de Carvão de Praia Mole; R\$ 8 milhões em controles ambientais diversos; US\$ 23 milhões no Terminal de produtos Diversos para construção de nova moega ferroviária, ampliação do armazém de fertilizantes e construção de mais dois armazéns; finalmente, US\$ 4 milhões em outros projetos, como por exemplo, infra-estrutura para movimentar granito.

5.2.4 – Porto de Tubarão

Além das obras no Terminal de Produtos Diversos (TPD), o Porto de Tubarão receberá investimentos totalizando US\$82 milhões a fim de modernizar o processo de recepção e distribuição entre os pátios de estocagem e carregamento de navios;

5.2.5 – Porto de Vitória

A empresa Pirelli Cabos investirá R\$ 80 milhões para implantação de fábrica nas dependências do porto;

5.2.6 – Setor imobiliário

A expansão do Shopping Vitória está consumindo R\$35 milhões em investimentos; no CentroShopping, o investimento ficará em R\$ 85 milhões, enquanto que no Shopping Norte Sul, em R\$15 milhões.

5.2.6 - Setor hoteleiro

Investimentos previstos para ampliação do “trend” hoteleiro na ordem dos R\$ 128,8 milhões.

5.2.7 - Ampliação do Aeroporto de Vitória

Construção de uma nova pista de pouso e decolagem e ampliação da estrutura do R\$ 120 milhões.

5.2.8 - Curva da Jurema

A ampliação e reforma dos 18 quiosques está orçada em R\$ 1,8 milhões.

5.2.9 - Marina do Hotel Ilha do Boi

Construção de uma marina pertencente ao hotel, próximo à Curva da Jurema, em US\$ 193 mil.

5.2.10 - Estações Aduaneiras do Interior (EADIS)

As EADIS capixabas investirão R\$ 10 milhões para atender o ramo petrolífero; além disso, a COIMEX investirá US\$ 1 milhão em melhoria de infra-estrutura, assim como a SILOTEC (R\$2 milhões) e a TERCA (R\$ 3,5 milhões).

5.2.11 – Telefonia

As empresas de telefonia celular (OI-Telemar, ATL e Telefônica) investirão R\$ 184 milhões no Espírito Santo para expansão do serviço, sendo boa parte dos recursos empregada na região da Grande Vitória.

5.2.12 - Furnas – Linha Ouro Preto-Vitória

Os investimentos para melhoria de infra-estrutura no fornecimento de energia para o Estado ficarão em R\$ 160 milhões.

5.2.13 - Termelétrica – Contorno de Vitória (PETROBRAS/ El Paso)

O montante de investimentos para implementação é de US\$ 200 milhões.

5.3 – AÇÕES E PROJETOS NÃO PREVISTOS NO PPA

5.3.1 – Sistema Aquaviário

Por se situar no litoral e se inserir em um arquipélago, a Cidade de Vitória possui atributos que a direcionam para o desenvolvimento de atividades voltadas para a navegação, hoje conferidas praticamente à atividade portuária e de pesca. Com vistas a dar suporte ao alavancamento do turismo na região e reintroduzir um meio de transporte alternativo para a população da Região Metropolitana de Vitória, há necessidade do desenvolvimento de um estudo de viabilidade para a implantação do Sistema Aquaviário.

Estabelecer um novo sistema com embarcações modernas para passageiros e turistas, depende de um estudo de viabilidade para garantir a liberação dos recursos. O antigo sistema aquaviário, que utilizava nove embarcações e seis terminais, chegou a transportar cinco milhões de passageiros por ano pela Baía de Vitória, principalmente entre os municípios de Vitória e Vila Velha. As lanchas eram operadas pela Pisa Engenharia, porém hoje estão abandonadas e em processo de sucateamento, devido a um impasse entre a empresa e o Governo do Estado do Espírito Santo.

De acordo com a legislação estadual, cabe ao Governo do Estado gerenciar o sistema de transporte interestadual, no entanto, podem ser feitas parcerias com as prefeituras. As cidades de Vitória, Vila Velha e Cariacica demonstram interesse em reativar o sistema, mas não possuem projetos concluídos sobre a viabilidade.

5.3.2 – Atracadouro dos Catraieiros

Enquanto não há ações práticas para revitalizar o sistema aquaviário, alguns usuários órfãos do sistema são transportados pela Baía de Vitória pelos catraieiros, um grupo de pessoas que atravessam passageiros em barcos a remo. No terminal do Centro de Vitória, o número de catraieiros, depois da paralisação das lanchas, subiu, passando de 10 para 15. Segundo eles, a procura pelas embarcações dobrou. Os turistas de São Paulo e Minas Gerais formam a principal clientela. Os profissionais estão organizados em uma associação e têm licença da Capitania dos Portos para atuarem.

A Associação dos Catraieiros requisitou à Prefeitura de Vitória a construção de atracadouros próximos aos antigos terminais do aquaviário. Junto ao Terminal Aquaviário do Centro, a Secretaria de Desenvolvimento da Cidade – SEDEC está desenvolvendo o projeto, que atualmente está em fase de estudo preliminar. O atracadouro irá facilitar o transporte de passageiros entre o Centro de Vitória e a região do Paul, em Vila Velha, porém atenderá somente uma pequena parcela das pessoas que utilizavam o aquaviário.

5.3.3 – Programa de Despoluição e Saneamento do Espírito Santo (PRODESAN-ES)

O principal componente do Programa é a implantação de sistemas de esgotamento sanitário nos municípios que compõem a Região Metropolitana da Grande Vitória e aqueles situados nas bacias do rio Jucu e Santa Maria da Vitória, que são responsáveis pelo abastecimento de água da Grande Vitória. O Programa está sendo

realizado pela Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas, contando com o apoio do Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD).

O projeto inclui um componente para apoiar o programa de investimento da Companhia de Água e Saneamento do Estado do Espírito Santo (CESAN), e um componente institucional para fortalecer a capacidade institucional da CESAN e da Secretaria de Estado do Meio Ambiente (SEAMA). A melhoria da eficiência dos sistemas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário da CESAN, melhorará significativamente a operação do sistema, eliminando pontos de estrangulamento, incorporando áreas urbanas de baixa renda ao sistema da CESAN, e aumentando a cobertura de serviço.

Na cidade de Vitória serão instalados 15 mil metros de rede coletora que serão interligados aos 47 mil já existentes, 2 mil metros de emissários e 1 estação de tratamento de esgoto (ETE Mulembá), beneficiando cerca de 75 mil pessoas e ampliando a cobertura e esgoto tratado para 720 mil pessoas na Grande Vitória

5.3.4 – Sambão do Povo e Museu de Biologia

A estrutura situada entre o Cais do Hidroavião e o Parque Tancredo Neves conta com arquibancadas, pista e espaços permanentes que passaram por reformas recentemente para a retomada dos desfiles das escolas de samba de Vitória durante o Carnaval. O espaço poderia dar suporte, no restante do ano, a diversos eventos que acontecem em outras regiões da cidade, como o Desfile de Sete de Setembro e o Vital.

Além disso, o Sambão do Povo conta com estrutura interna que também poderia ser aproveitada para o desenvolvimento de projetos voltados para a orla, principalmente as que interagissem com o Museu de Biologia e as oficinas profissionalizantes lá instalados e que recebem constantemente alunos da rede municipal. Neste sentido, este espaço integraria outros projetos que catalisam o potencial da Baía de Vitória, como a Rota Manguezal, a Rota do Sol e da Moqueca, o Museu Ferroviário da Vale do Rio Doce, Cais do Hidroavião, Centro Gastronômico Ilha das Caieiras, Parque Tancredo Neves, bem como torneios náuticos que acontecem nas raias da baía.

5.3.5 – Centro de Ensino e Cultura da Pesca

O prédio, situado na rua Almirante Tamandaré, bairro Enseada do Suá, abrigava um antigo Hospital de Pescadores e atualmente se encontra desativado e subaproveitado. Por se localizar em uma área onde existe grande vínculo com a atividade pesqueira, a estrutura do prédio poderia abrigar um “Centro de Ensino e Cultura da Pesca”, como forma de valorizar e resgatar a tradição pesqueira da região e desenvolver ações voltadas para o aprimoramento e aperfeiçoamento da atividade, podendo servir de local para cursos profissionalizantes vinculados à pesca e abrigar salas para museu e banco de dados a respeito da pesca no município e no estado.

5.3.6 – Teatro Carmélia

Localizado defronte ao Parque Tancredo e próximo à rodoviária e Sambão do Povo, o Teatro Carmélia, pertencente ao Governo do Estado e administrado pela secretaria de Cultura, foi edificado a partir da readaptação de 3 antigos galpões de café. Abriga um teatro, um cinema, 3 galerias, um bar e uma biblioteca, com

capacidade para 400 pessoas, porém apenas a biblioteca encontra-se em funcionamento por requisição da comunidade.

Apesar de estar bem localizada e possuir uma estrutura que comporta vários eventos e atividades artístico-culturais, inclusive a presença de estacionamento próprio, constitui hoje um espaço subaproveitado a despeito das limitações do município em relação a imóveis desta natureza e que daria uma maior sustentabilidade à valorização da região e do centro da cidade. Como proposta, sugere-se a municipalização, a revitalização e sua integração ao contexto artístico e cultural da cidade.

5.3.7 – CentroShopping

Localizado no Centro de Vitória, em frente ao Penedo, o shopping vai ocupar parte da primeira quadra da orla, com uma projeção aérea sobre a Avenida Beira-Mar. Se por um lado se entende que a instalação do shopping seria um fator alavancador para a retomada comercial e para o processo de reurbanização do centro, existem os fatores agravantes para o já comprometido trânsito da região, inclusive o da falta de vagas para estacionamento. Um elemento negativo seria o impacto visual da arquitetura do prédio na Avenida Beira-Mar e o impedimento parcial da visualização Baía de Vitória e do Penedo em determinados pontos da orla do Centro.

5.3.8 – Esportes Náuticos

Algumas federações ligadas ao esporte náutico realizam eventos esporádicos neste trecho, como regatas de remo e vela, que poderiam ser evidenciados e ampliados trazendo novas divisas para o turismo da região.

6 – IDENTIFICAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DOS CONFLITOS DE USO DA ORLA NAS ÁREAS ELEMENTOS DE INTERVENÇÃO

Por conflito entende-se uma situação indesejável, ocasionada pelas formas de apropriação dos recursos sócio-econômicos e ambientais da orla, que resultam em problemas sociais e/ou ambientais nesse espaço. A seguir estão listados os conflitos encontrados neste trecho:

- **Conflitos Intergovernamentais**
 - retenção / sub-aproveitamento de áreas livres pela União X quantidade limitada de áreas estratégicas no Município
- **Conflitos de Ordem Social**
 - segurança X lazer e turismo
 - sub-utilização de áreas X lazer e turismo
- **Conflitos de Ocupação Territorial**
 - ocupação desordenada X áreas de preservação
- **Conflitos de Utilização de Recursos Naturais**
 - pesca predatória X recursos naturais
- **Conflitos de Usos Múltiplos**
 - lançamento de esgoto X qualidade ambiental

6.1 – Retenção / Sub-Aproveitamento de Áreas Livres X Quantidade Limitada de Áreas Livres Estratégicas

Entende-se que o conflito supra citado possui um caráter intergovernamental, já que a sua origem está na relação até então distante e desconectada entre a municipalidade e a União no que se refere à cessão de áreas livres pertencentes à última, para que o município possa direcioná-las para investimentos que agreguem valor à cidade, tanto do ponto de vista econômico quanto na oferta de qualidade de vida à população, já que, por exemplo, áreas livres constituem possibilidades de oferta de opções de lazer para a comunidade.

O conflito considera todas as áreas livres e sub-aproveitadas do município de Vitória.

Com relação à propriedade, podem pertencer à União ou a particulares. Com relação aos trechos em questão, quais sejam, Tancredo e Ilha da Fumaça, é no último que se localiza área ociosa pertencente à União (ministério do exército) com dificuldade por parte da municipalidade de conseguir a cessão, embora o Parque Tancredo seja um exemplo de bem público sub-aproveitado.

6.1.1 - Atividades Geradoras

Turística; comercial; entretenimento/lazer; militares; imobiliária: construção civil, imobiliária, especuladores, proprietários, agentes imobiliários.

6.1.2 - Segmentos Envolvidos

Empresários do setor hoteleiro, de empreendimentos turísticos e construção civil; moradores; agentes imobiliários; turistas.

6.1.3 - Área de Ocorrência do Conflito

Manifestam-se pontualmente ao longo da orla. As áreas a terem seu uso cedido são: Cruz do Papa, Ilha do Papagaio, Ministério do Exército e Hortomercado (governo do estado).

6.1.4 – Legislação Incidente

PDU; Estatuto da Cidade; Lei nº 9.636/98 (patrimônio da União)

6.1.5 - Atores Institucionais Envolvidos

SPU/GRPU; Ministério do Exército; Prefeitura Municipal de Vitória; Ministério Público Federal; Governo do Estado, Capitania dos Portos

6.1.6 - Problemas

6.1.6.1 - Áreas estratégicas retidas / ociosas / sub-aproveitadas, localizadas em regiões muito valorizadas.

O sub-aproveitamento de áreas estratégicas compromete atividades que poderiam gerar trabalho e renda para a população, por meio de investimentos da

iniciativa privada, principalmente ligados ao setor turístico, contemplando empreendimentos hoteleiros, entretenimento/lazer.

a) Efeitos / impactos associados ao problema

Os efeitos são a perda de oportunidades de negócios para a cidade, queda da qualidade de vida do cidadão, uma vez que a oferta de lazer/entretenimento não cresce na mesma proporção da população; perda da qualidade visual já que muitas áreas estão localizadas em regiões valorizadas, tanto econômica quanto paisagisticamente.

b) Linhas de ação e medidas estratégicas para equacionar o problema

- Catalogação das áreas livres e contato com proprietários para saber qual a destinação para a área;
- Atração de novos negócios deverá considerar as áreas livres estratégicas, de forma que o município apresente projetos concretos à SPU para as referidas áreas;
- Adequação do Plano Diretor Urbano às oportunidades de negócios que surjam em Vitória, considerando a geração de trabalho e renda propiciados pelos investimentos;
- Apresentação de projetos para as áreas livres identificadas, de modo a direcionar o seu uso de acordo com a vocação da região na qual está inserida.

c) Ações e medidas

c.1) Projeto Áreas Livres: divulgação das áreas livres para investimentos através de CD-Rom e *internet*; acompanhamento dos pedidos de cessão das áreas livres pertencentes à União; revisão do PDU, levando em consideração o Estatuto da cidade, principalmente no que se refere às áreas ociosas no município; e elaboração de um plano de atração de negócios para a cidade considerando as áreas livres, bem como imóveis ociosos / sub-aproveitados.

Finalidade: Possibilitar o uso de áreas livres para investimentos direcionados ao desenvolvimento econômico do município, considerando a sua vocação para o setor terciário, principalmente no que se refere ao turismo.

Atividade/duração: Dez anos.

Responsabilidade: Prefeitura Municipal de Vitória - Secretaria de Desenvolvimento da Cidade.

Meios disponíveis e/ou necessários: Recursos humanos (equipe disponível) e para a divulgação da cidade – impressos, publicações, CD-cards, Cd-rom, missões a outros estados/países.

6.2 – FALTA DE SEGURANÇA PÚBLICA X LAZER

Apesar e existirem amplos espaços para o lazer e eventos culturais, a região sofre com a falta de segurança, principalmente à noite, que leva a população a se deslocar para outras áreas, gerando o abandono do trecho para estes fins.

6.2.1 – Atividades Geradoras

Ausência de atividades nos setores de trabalho.

6.2.2 - SEGMENTOS ENVOLVIDOS

Secretarias de estado, associações comerciais, municípios da região metropolitana, moradores.

6.2.3 - Legislação Incidente

PDU; PRO-PAS; Estatuto da cidade

6.2.4 - Atores Institucionais Envolvidos

Governo do Estado; Prefeitura Municipal de Vitória; Ministério do Exército

6.2.5 - Problemas

6.2.5.1 – Aumento da criminalidade

a) Efeitos/impactos associados ao problema

- assaltos; situação de abandono da área; insegurança
- baixo nível de investimentos em atividades comerciais e turísticas;

b) Linhas de ação e medidas estratégicas para equacionar o problema

- Formular programa de segurança pública mais eficaz

c) Ações e medidas

c.1) Programa de segurança pública

Finalidade: Oferecer melhor segurança para a população, melhorando a estrutura da polícia.

Atividade/duração: contínua

Responsabilidade: Governo do Estado

Meios disponíveis e/ou necessários: recursos financeiros e humanos

6.2.5.1 – Abandono da área

a) Efeitos/impactos associados ao problema

- Não utilização do espaço livre de lazer (tráfico de drogas, proliferação do comércio ambulante, prostituição, utilização inadequada)

b) Linhas de ação e medidas estratégicas para equacionar o problema

- Atração de investimentos em equipamentos de lazer e turismo

c) Ações e medidas

c.1) Plano de atração de negócios / incentivo a novos investimentos

Finalidade: melhorar a estrutura turística e de lazer existente no local; atrair novos investimentos na área; oferecer novas opções de lazer para a população; atrair maior número de turistas para a cidade.

Atividade/duração: 3 anos.

Responsabilidades: Prefeitura Municipal de Vitória – Secretaria de Desenvolvimento da Cidade.

Meios disponíveis: pessoal, dados e projetos.

Meios necessários: cessão de uso das áreas para o município.

c.2) Cessão de uso de áreas livres para o Município

Finalidade: ceder ao município áreas de domínio federal, a fim de incentivar a vinda de novos investimentos em turismo e lazer para a cidade

Atividade/duração: 3 anos

Responsabilidades: Gerência Regional do Patrimônio da União e Prefeitura Municipal de Vitória

Meios disponíveis e necessários: Projeto Orla.

6.3 – SUB-UTILIZAÇÃO DE ÁREA X LAZER

6.3.1 - Atividades Geradoras

Imobiliária; lazer; naval; comerciais; ambientais e militares.

6.3.2 - Segmentos Envolvidos

Moradores, agentes públicos, agentes portuários, comerciantes, ong's, proprietários de terrenos.

6.3.1 - Área de Ocorrência

Parque Tancredo, Ilha da Fumaça, Píer de Camburi, Cruz do Papa, Hortomercado, Praça do Índio, Ilha da Pólvora.

6.3.1 - Restrições Legais

PDU; legislação ambiental; GRPU; Código Municipal do meio ambiente; IPHAN; Estatuto da Cidade e Agenda 21.

6.3.1 - Atores Institucionais

Prefeitura Municipal de Vitória; IPHAN; GRPU e Ministério do Exército.

6.3.1 - Problemas

6.3.1.1 - Ausência de investimentos em lazer e turismo nas áreas / retenção de área para especulação imobiliária

a) Efeitos / impactos associados ao problema

- Áreas desertas; menor opção de lazer; menor arrecadação.

b) Linhas de ação e medidas estratégicas para equacionar o problema

- Atração de investimentos em equipamentos de lazer e turismo

c) Ações e medidas

c.1) Plano de atração de negócios / incentivo a novos investimentos

Finalidade: melhorar a estrutura turística e de lazer existente no local; atrair novos investimentos na área; oferecer novas opções de lazer para a população; atrair maior número de turistas para a cidade.

Atividade/duração: 3 anos

Responsabilidades: Prefeitura Municipal de Vitória – Secretaria de Desenvolvimento da Cidade

Meios disponíveis: Pessoal, dados e projetos.

Meios necessários: cessão das áreas para o município

c.2) Cessão de áreas livres para o Município

Finalidade: ceder ao município áreas de domínio federal, a fim de incentivar a vinda de novos investimentos em turismo e lazer para a cidade

Atividade/duração: 3 anos

Responsabilidades: Gerência Regional do Patrimônio da União e Prefeitura Municipal de Vitória

Meios disponíveis: Projeto Orla

c.3) Revisão do PDU/Estatuto da Cidade

Finalidade: possibilitar o uso de áreas livres para investimentos direcionados ao desenvolvimento econômico do Município, considerando a sua vocação para o setor terciário, principalmente no que se refere ao turismo.

Atividade/duração: Dez anos

Responsabilidade: Prefeitura Municipal de Vitória - Secretaria de Desenvolvimento da Cidade

Meios disponíveis e/ou necessários: Recursos humanos (equipe disponível) e para divulgação da cidade - impressos, publicações, CD-cards, CD-rom, missões a outros estados/países

6.3.1.2 - Falta de articulação entre Município, União e iniciativa privada

a) Efeitos / impactos associados ao problema

- Abandono de áreas, sub-utilização de áreas; renúncia de receita para o município; renúncia de atividades que gere emprego e renda.

b) Linhas de ação e medidas estratégicas para equacionar o problema

- Estreitamento entre União / Município / Iniciativa privada

c) Ações e medidas

c.1) Organização de *workshop* sobre projetos do Município

Finalidade: explicitar projetos à SPU referentes aos terrenos da União, com intuito de sensibilizar a SPU no que tange à necessidade de cessão de áreas, a fim de que se possa atrair negócios que contribuam para o desenvolvimento econômico da cidade.

Atividade/duração: 1 ano.

Responsabilidade: Prefeitura Municipal de Vitória - Secretaria de Desenvolvimento da Cidade

Meios disponíveis: Equipamentos, espaço e equipe para eventos.

Meios necessários: Contratação de empresa organizadora de eventos.

c.2) Elaboração de projetos para utilização dos terrenos da União

Finalidade: apresentar proposta concreta à União sobre os terrenos cuja cessão seja solicitada pelo Município, de maneira que seja explicitada a intenção de geração de trabalho e renda no local, através de concessão de uso à iniciativa privada.

Atividade/duração: seis meses

Responsabilidade: Prefeitura Municipal de Vitória - Secretaria de Desenvolvimento da Cidade

Meios disponíveis e/ou necessários: Equipe local

c.3) Reurbanização do Parque Tancredo de Almeida Neves

Finalidade: oferecer ao cidadão outras alternativas de lazer, aproveitando uma área de parque sub-aproveitada.

Atividade/duração: 2 anos.

Responsabilidade: Prefeitura Municipal de Vitória / Secretaria de Meio Ambiente, Secretaria de Cultura, Secretaria de Esportes, Secretaria de Educação.

Meios disponíveis: Projeto de Utilização e equipe local

Meios necessários: verbas para aquisição de equipamentos e contratação de serviços.

6.4 – OCUPAÇÃO DESORDENADA X ÁREAS DE PRESERVAÇÃO

A partir do início do século passado, o processo de crescimento da cidade e a exploração dos recursos naturais fragmentaram e reduziram consideravelmente a cobertura vegetal e aumentaram a área consolidada do Município de Vitória, causando grandes impactos sobre o espelho d'água, principalmente a Baía de Vitória. Neste contexto, o manguezal e seus canais, que outrora circundavam a Ilha de Vitória, foram cedendo lugar a grandes aterros, alterando significativamente o contorno da baía. A princípio, os aterros ocuparam o antigo contorno da ilha para a construção da malha viária (Av. Beira Mar) e para a formação dos bairros ao sul da ilha, como Praia do Suá, Praia do Canto e Enseada do Suá, entre outros.

Posteriormente, os aterros avançaram de forma não planejada para as áreas da Baía Noroeste, onde hoje se localizam os bairros da Grande São Pedro. A urbanização se um planejamento prévio ocorreu também em diversos morros, onde a Mata Atlântica foi sendo substituída paulatinamente por moradias simples e pela infra-estrutura urbana.

Atualmente, os impactos diretos e indiretos ocorrem principalmente pela proximidade de vários bairros residenciais e de comércio do Município de Vitória com o restante do ecossistema manguezal e estuário do rio Santa Maria, conhecido como Baía de Vitória, além de algumas áreas onde ainda é possível encontrar fragmentos de Mata Atlântica, como a Ilha da Fumaça.

6.4.1 – Atividades Geradoras

- Atividades vinculadas à urbanização: construção civil, imobiliária, residencial, etc.
- Comercial: bares, restaurantes, vendas, supermercados, lojas, boates, etc.
- Serviços públicos: coleta e tratamento de esgoto, coleta e disposição de resíduos sólidos, abastecimento de água, fornecimento de energia, segurança pública, transporte, postos de saúde, outros.
- Atividades portuárias: atracadouros, serviços náuticos e de praticagem.
- Atividades vinculadas à proteção ambiental: manejo, fiscalização e monitoramento de áreas de preservação.
- Atividade pesqueira.

6.4.2 – Segmentos Envoltos

Moradores permanentes, empresários, comerciantes, agentes públicos, segmentos organizados da sociedade, pesquisadores e educadores, agentes portuários e migrantes.

6.4.3 – Área de Ocorrência

As ocupações irregulares por residência localizam-se pontualmente no extremo sul do trecho em questão, próximo às margens da Baía Noroeste, enquanto que na área da Ilha da Fumaça concentram-se atividades portuárias caracterizadas por atracadouros particulares regularizado e irregulares para serviços de praticagem. Em ambos os locais, assim como em todo o trecho, são lançados esgotos sem tratamento nas águas da baía (estuário do Rio Santa Maria).

6.4.4 – Legislação Incidente

Novo Código Florestal Brasileiro (Lei N.4.771/65), Lei de Crimes Ambientais (Lei N.9.605/98), Plano Diretor Urbano de Vitória (Lei Municipal N.4.697/94), Código Municipal de Meio Ambiente (Lei Municipal N.4.438/97), Lei do Licenciamento Ambiental (Lei Municipal N.5.131/2000), Decreto Municipal N.10.023/98, Estatuto da Cidade, Agenda 21.

6.4.5 – Atores Institucionais Envoltos

IBAMA, Prefeitura Municipal de Vitória, Secretaria do Patrimônio da União, associações comerciais e de moradores, ONG's, UFES, CESAN e ESCELSA.

6.4.6 – Problemas

6.4.6.1 - Invasões de Áreas de Preservação (aterros e desmatamentos)

a) Efeitos / impactos associados ao problema

- Perda de ecossistemas, desaparecimento de espécies, perda de biodiversidade e recursos genéticos, diminuição do estoque pesqueiro e prejuízos sócio-econômicos para a comunidade pesqueira, alteração da hidrodinâmica da baía, modificação das linhas de costa (erosão e sedimentação).

b) Linhas de ação e medidas estratégicas para equacionar o problema

- Adequação do uso e ocupação à legislação ambiental e ao Plano Diretor Urbano de Vitória; medidas educativas e de sensibilização dos diversos segmentos da sociedade.

c) Ações e medidas

c.1) Programa de uso e ordenamento

Finalidade: adequar as diversas atividades à aptidão natural e à legislação vigente.

Atividade/duração: 3 anos.

Responsabilidade: Prefeitura Municipal de Vitória - Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SEMMAM) e Secretaria de Desenvolvimento da Cidade (SEDEC).

Meios disponíveis: recursos humanos (equipe disponível) e dados.

Meios necessários: recursos financeiros e pesquisa sobre as aptidões naturais dos diversos ecossistemas.

c.2) Projeto de recuperação e enriquecimento das áreas de preservação

Finalidade: Recuperar e conservar áreas de importância ecológica.

Atividade/duração: dez anos

Responsabilidade: Prefeitura Municipal de Vitória - Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SEMMAM).

Meios disponíveis: recursos humanos (equipe disponível), dados, instrumentos de manejo e mudas vegetais de algumas espécies nativas.

Meios necessários: recursos financeiros para aquisição e desapropriação de áreas particulares e recuperação das áreas de preservação.

c.3) Programas de educação ambiental

Finalidade: Sensibilizar e envolver a população a respeito da importância dos ecossistemas, tornando a mesma parceira nas ações de preservação do meio natural.

Atividade/duração: contínua

Responsabilidade: Prefeitura Municipal de Vitória - Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SEMMAM).

Meios disponíveis: recursos humanos (equipe disponível).

Meios necessários: recursos financeiros para aquisição de material didático e de divulgação.

6.4.6.2 - Ocupação desordenada

a) Efeitos/impactos associados ao problema

- Crescimento da urbanização sem planejamento prévio e sem acompanhamento de serviços públicos, principalmente a ausência de rede de coleta e tratamento de esgotos, gerando lançamento de dejetos nas águas da Baía de Vitória e consequentemente o aparecimento de doenças de veiculação hídrica, a contaminação dos recursos naturais, a desvalorização do pescado contaminado e prejuízos sócio-econômicos, perda da qualidade da paisagem e de áreas de lazer, prejuízos ao turismo.

b) Linhas de ação e medidas estratégicas para equacionar o problema

- Implantação de sistema coletor e de tratamento de esgotos; monitoramento da qualidade da água e dos recursos naturais.

c) Ações e medidas

c1) Projeto de saneamento básico

Finalidade: Alcançar critérios de qualidade ambiental, através de índices físico-químicos da água e dos recursos naturais.

Atividade/duração: contínua

Responsabilidade: Prefeitura Municipal de Vitória - Secretaria Municipal de Obras (SEMOB), Secretaria de Desenvolvimento da Cidade (SEDEC) e a CESAN.

Meios necessários: implantação de sistema coletor

6.5 – PESCA PREDATÓRIA X CONSERVAÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS

Algumas formas de utilização dos recursos naturais, apesar de corriqueiras, geram controvérsias quanto aos impactos que causam sobre os diversos ecossistemas. As capturas de organismos e a aquicultura, por exemplo, quando mal planejadas e realizadas de maneira aleatória e sem critérios, trazem grandes prejuízos à dinâmica populacional das espécies e à qualidade ambiental dos ecossistemas envolvidos.

Dentre as diferentes formas de captura de organismos de interesse comercial, algumas são consideradas predatórias por utilizarem artefatos inadequados, como as redes de arrasto, que retiram indiscriminadamente do meio ambiente as mais variadas espécies, inclusive aquelas sem valor comercial e organismos que ainda não atingiram o tamanho ideal para a pesca.

Tais tipos de pesca vêm comprometendo o estoque e a produtividade de importantes recursos naturais; o desaparecimento de espécies e a quebra de ciclos biológicos em outros locais, implicando na diminuição da produção pesqueira e aumentando os prejuízos para as comunidades associadas.

6.5.1 – Atividades Geradoras

- Atividades pesqueiras: industrial, artesanal e de coleta.

- Comercial: bares, restaurantes, vendas, supermercados, feiras.
- Serviços sociais.
- Atividades vinculadas à proteção ambiental: manejo, fiscalização e monitoramento de áreas de preservação e de recursos naturais.
- Atividades técnico-científicas.

6.5.2 – Segmentos Envoltos

Pescadores, proprietários de barcos e apetrechos de pesca, comerciantes, agentes públicos, segmentos organizados da sociedade, pesquisadores e educadores, moradores.

6.5.3 – Área de Ocorrência

A pesca predatória ocorre em praticamente toda a Baía de Vitória, mas no trecho descrito se desenvolve com mais intensidade no seu extremo sul.

6.5.4 – Legislação Incidente

Portarias IBAMA sobre Pesca na Baía de Vitória; Plano Diretor Urbano de Vitória (Lei Municipal N.4.697/94) e Código Municipal de Meio Ambiente (Lei Municipal N.4.438/97).

6.5. 5 – Atores Institucionais Envoltos

IBAMA, INSS, Colônia e Associações de pescadores, Prefeitura Municipal de Vitória, associações comerciais e de moradores, ONG's, instituições de pesquisa e ensino.

6.5.6 - Problemas

6.5.6.1 – Pesca indiscriminada com a captura de todo tipo de espécie, mesmo as sem valor comercial e com comprimento menor que o permitido.

a) Efeitos/impactos associados ao problema

- Queda da produtividade biológica e da biomassa do estuário e zona costeira, diminuição e comprometimento do estoque pesqueiro, desaparecimento de espécies, perda de biodiversidade e recursos genéticos, prejuízos sócio-econômicos para a comunidade pesqueira.

b) Linhas de ação e medidas estratégicas para equacionar o problema

- Adequação da atividade pesqueira às espécies capturadas de valor comercial e àquelas não visadas pelo setor de pesca.
- Estudos das condições dos estoques atuais e ecologia das espécies atingidas.
- Incremento no estoque das espécies nativas, comerciais ou não.
- Adequação da legislação atual.
- Fiscalização e monitoramento dos ecossistemas com base em estudos científicos e normas legais.

- Implantação de outras fontes de renda para a comunidade pesqueira, com atividades vinculadas à pesca e maricultura (interagindo com o problema enunciado no item V.6.2)
- Ações educativas na comunidade e população.

c) Ações e medidas

c.1) Projeto para instrução, adequação e instrumentação das artes de pesca

Finalidade: Desenvolver apetrechos e artes de pesca mais adequados e que causem menos impactos negativos sobre as espécies atingidas, não somente aquelas de valor comercial, assim como repassar a tecnologia desenvolvida para os pescadores instruindo-os sobre a maneira de utilização.

Atividade/duração: 2 anos

Responsabilidade: IBAMA, Instituições de ensino e pesquisa, Prefeitura Municipal de Vitória - Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SEMMAM).

Meios disponíveis: áreas para o desenvolvimento das atividades inerentes ao projeto

Meios necessários: contratação de pessoal especializado para a instrução e aquisição de material de apoio.

c.2) Projetos de pesquisa relacionados à bioecologia da fauna da Baía de Vitória

Finalidade: Desenvolver estudos voltados às espécies de valor comercial ou não, capturadas na Baía de Vitória, com o intuito de obter informações sobre suas relações ecológicas e conhecer o tamanho/idade ideal de captura, de forma a não prejudicar de sobremaneira os estoques atualmente atingidos e preservar áreas debilitadas e/ou que requerem proteção.

Atividade/duração: 6 anos

Responsabilidade: IBAMA, Instituições de ensino e pesquisa, Prefeitura Municipal de Vitória - Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SEMMAM).

Meios disponíveis: embarcação para a pesquisa, combustível e recurso técnico (equipe disponível) de apoio.

Meios necessários: contratação de pesquisadores e projetos específicos ligados aos recursos naturais explorados.

c.3) Programa de fiscalização, monitoramento e manejo dos recursos naturais atingidos e de áreas restritivas à captura de organismos ou de preservação

Finalidade: Conservar os recursos naturais atingidos e as áreas restritivas à captura de organismos ou de preservação, procurando recuperar o estoque daquelas sobrepuçadas.

Atividade/duração: contínua

Responsabilidades: IBAMA, Instituições de ensino e pesquisa, Prefeitura Municipal de Vitória - Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SEMMAM).

Meios disponíveis: embarcação e veículos para as atividades, combustível e recurso técnico (equipe disponível) de apoio.

Meios necessários: capacitação, instrução e contratação de pessoal; recursos financeiro para a realização das atividades.

c.4) Programa de pesquisa para adequação da legislação vigente à realidade ecológica do local

Finalidade: Adequar a legislação pertinente à realidade ecológica do local, assim como implementar outras ações normativas atualmente inexistentes.

Atividade/duração: 6 anos

Responsabilidade: IBAMA, Instituições de ensino e pesquisa, Prefeitura Municipal de Vitória - Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SEMMAM).

Meios disponíveis: embarcação para a pesquisa, combustível e recurso técnico (equipe disponível) de apoio.

Meios necessários: recurso financeiro para viabilizar contratação de estudos e pesquisadores, assim como para a compra de materiais de pesquisa.

c.5) Programas de geração de renda utilizando atividades vinculadas à pesca

Finalidade: Assegurar ao pescador e seus dependentes renda além da adquirida com a pesca, no sentido de garantir seu sustento durante os períodos de proibição ou escassez de recursos naturais ou a restrição do uso em áreas de preservação, empregando atividades integradas com a pesca, como a defumação de pescado, por exemplo.

Atividade/duração: contínua

Responsabilidade: Prefeitura Municipal de Vitória - Secretaria Municipal de Ação Social (SEMAS/PRONAGER/MMA), INSS, SENAI.

Meios disponíveis: embarcação para pesquisa, combustível, recurso técnico (equipe disponível) de apoio, e locais para a implantação da capacitação.

Meios necessários: recurso financeiro para viabilizar contratação de cursos e capacitadores, assim como para a compra de materiais para os cursos.

c.6) Projetos de maricultura

Finalidade: Assegurar ao pescador e seus dependentes renda além da adquirida com a pesca, no sentido de garantir seu sustento durante os períodos de proibição ou escassez de recursos naturais ou a restrição do uso de áreas de preservação, empregando atividades de maricultura familiar em áreas já despoluídas e propícias a essa atividade.

Atividade/duração: 2 anos a partir da despoluição da Baía e Vitória

Responsabilidade: Prefeitura Municipal de Vitória - Secretaria Municipal de Ação Social (SEMAS/PRONAGER/MMA), INSS, SENAI.

Meios disponíveis: embarcação para pesquisa, combustível, recurso técnico (equipe disponível) de apoio, e locais para a implantação da capacitação.

Meios necessários: capacitação, instrução e contratação de pessoal; recursos financeiros para a realização das atividades e para a implantação de sistema de coleta e tratamento de esgotos.

c.7) Projetos que valorizem o ecoturismo e incentivem a realização de passeios ecológicos utilizando o conhecimento e mão-de-obra dos pescadores

Finalidade: Enaltecer as belezas naturais e histórico-culturais do Município de Vitória empregando o conhecimento e mão-de-obra dos pescadores no sentido de aumento de sua valorização e geração de renda extra.

Atividade/duração: 5 anos

Responsabilidade: Prefeitura Municipal de Vitória – Departamento de Turismo e Secretaria de Ação Social (SEMAS), Embratur (PNDPA), SENAC.

Meios disponíveis: embarcação para pesquisa, combustível, recurso técnico (equipe disponível) de apoio, cadastramento de pescadores e locais para a implantação da capacitação.

Meios necessários: capacitação, instrução e contratação de pessoal; recursos financeiro para a realização das atividades

c.8) Programas de educação ambiental e de base

Finalidade: Sensibilizar e envolver a população a respeito da importância dos ecossistemas, tornando a mesma parceira nas ações de preservação do meio natural.

Atividade/duração: contínua

Responsabilidade: Prefeitura Municipal de Vitória - Secretaria Municipal de Educação (SEME), Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Secretaria Municipal de Cultura (SEMC), IBAMA.

Meios disponíveis: embarcação para pesquisa, combustível, recurso técnico (equipe disponível) de apoio.

Meios necessários: recurso financeiro para viabilizar contratação de cursos e capacitadores, assim como para a compra de materiais para os cursos.

6.5.6.2 – Encarecimento do pescado, aumento de subempregos e de desemprego.

a) Efeitos/impactos associados ao problema

- Aumento de gastos com projetos sociais, transferência de profissionais habilitados para outras atividades, descaracterização da tradição e cultura dos pescadores, aumento de casos de criminalidade.

b) Linhas de ação e medidas estratégicas para equacionar o problema

- Parcerias das instituições governamentais com a iniciativa privada.
- Cadastramento dos pescadores junto ao INSS.
- Criação de linhas de incentivo para a atividade pesqueira.
- Implantação de cooperativas de pesca.
- Valorização da tradição e cultura dos pescadores.

c) Ações e medidas

c.1) Convênios de parceria firmados entre a iniciativa privada e instituições públicas

Finalidade: Aquisição de verbas e de parcerias entre a iniciativa privada e as instituições públicas.

Atividade/duração: contínua

Responsabilidade: Prefeitura Municipal de Vitória - Secretaria Municipal de Desenvolvimento da Cidade (SEDEC).

Meios disponíveis: recurso técnico (equipe disponível).

Meios necessários: formulação de convênios.

c.2) Realização de reuniões, fóruns etc. para o cadastramento social dos pescadores

Finalidade: Atualização da situação social dos pescadores, promovendo uma maior integração na sociedade e resguardando-lhes seus os direitos civis, como aposentadoria e outros encargos sociais.

Atividade/duração: 2 anos.

Responsabilidade: INSS, Prefeitura Municipal de Vitória - Secretaria Municipal de Ação Social (SEMAS/PRONAGER/MMA), IBAMA.

Meios disponíveis: recurso técnico (equipe disponível), sala de reuniões e aparelhos para conferências.

Meios necessários: instrução e equipe do INSS para a realização das reuniões.

c.3) Projetos de incentivos para a atividade pesqueira e de abertura de linhas de crédito para o setor

Finalidade: Alavancar a atividade pesqueira e permitir aos pescadores menores uma maior competitividade de mercado.

Atividade/duração: 6 anos.

Responsabilidade: SENAI, BID, BNDES, BANDES.

Meios disponíveis: recurso técnico (equipe disponível) e sala de reuniões.

Meios necessários: criação de linhas de crédito.

c.4) Projeto de implantação de cooperativas de pesca

Finalidade: Alavancar a atividade pesqueira e permitir aos pescadores menores uma maior competitividade de mercado, permitindo tenha maior valor comercial porém com menores ônus para os consumidores.

Atividade/duração: 2 anos

Responsabilidade: Prefeitura Municipal de Vitória - Secretaria Municipal de Ação Social (SEMAS/PRONAGER/MMA), IBAMA.

Meios disponíveis: recurso técnico (equipe disponível) e área para a implantação de cooperativa.

Meios necessários: recurso financeiro para aquisição de outras áreas e para a instrução dos pescadores.

c.5) Realização de festas que envolvam os produtos da pesca (ex.: Festa da Tainha, Mariscada) e que incentivem a tradição pesqueira (ex.: Festa de Iemanjá)

Finalidade: Incentivar a tradição pesqueira e promover os produtos pescados.

Atividade/duração: anual, seguindo cronograma previamente determinado.

Responsabilidade: Prefeitura Municipal de Vitória - Secretaria Municipal de Cultura (SEMC), Secretaria Municipal de Ação Social (SEMAS/PRONAGER/MMA).

Meios disponíveis e/ou necessários: áreas para a atividade, recursos financeiros para contratação de estrutura das festas.

c.6) Projeto para a construção de centros histórico-culturais vinculados à pesca, à tradição dos pescadores e/ou aos produtos e ecossistemas envolvidos (ex.: Casa do Pescador, Museu do Mangue, etc.)

Finalidade: Incentivar a tradição pesqueira e promover os produtos pescados e produzidos pela comunidade pesqueira.

Atividade/duração: 4 anos

Responsabilidade: Prefeitura Municipal de Vitória - Secretaria Municipal de Cultura (SEMC), Secretaria Municipal de Ação Social (SEMAS/PRONAGER/MMA).

Meios disponíveis: recursos financeiros e locais para instalação de centros de cultura

Meios necessários: recursos financeiros para contratação de pesquisa e aquisição de objetos e produtos pesqueiros.

c.7) Projeto de valorização dos locais de moradia dos pescadores e da orla (ex.: Pelourinho)

Finalidade: Melhoria da qualidade de vida dos pescadores e de suas comunidades.

Atividade/duração: 2 anos

Responsabilidade: Prefeitura Municipal de Vitória - Secretaria Municipal de Cultura (SEMC), Secretaria Municipal de Ação Social (SEMAS/PRONAGER/MMA).

Meios disponíveis: embarcação e veículos para as atividades, combustível e recurso técnico (equipe disponível) de apoio.

Meios necessários: recursos financeiros para a urbanização de fachadas e orla dos bairros limítrofes à Baía de Vitória.

c.8) Projetos de resgate da tradição e cultura dos pescadores (ex.: Livro de Histórias, cantigas, danças, etc.)

Finalidade: Imprimir aos pescadores e população de um modo geral o resgate de suas tradições.

Atividade/duração: contínua

Responsabilidade: Prefeitura Municipal de Vitória - Secretaria Municipal de Cultura (SEMC), Secretaria Municipal de Ação Social (SEMAS/PRONAGER/MMA).

Meios disponíveis e/ou necessários: recursos financeiros para contratação de pesquisa e de empresa para confecção de material.

6.5.6.3 - Remobilização do sedimento de fundo

a) Efeitos/impactos associados ao problema

- Disponibilização de poluentes para a coluna d'água e contaminação dos recursos naturais (interagindo com o problema enunciado no item a).

b) Linhas de ação e medidas estratégicas para equacionar o problema

- Utilização de artes de pesca adequadas e pouco impactantes para o sedimento de fundo da baía.
- Implantação de sistema coletor e de tratamento de efluentes ao nível da Grande Vitória e Bacia do Rio Santa Maria.

c) Ações e medidas

c.1) Projeto de saneamento básico

Finalidade: Alcançar critérios de qualidade ambiental, através de índices físico-químicos da água e dos recursos naturais.

Atividade/duração: contínua

Responsabilidade: Prefeitura Municipal de Vitória - Secretaria Municipal de Obras (SEMOB), Secretaria de Desenvolvimento da Cidade (SEDEC) e a Companhia Espírito-Santense de Saneamento (CESAN).

Meios disponíveis: A Prefeitura Municipal de Vitória possui recursos humanos (equipe disponível) dados de algumas áreas e investimentos em projetos de implantação de rede coletora de esgoto em algumas regiões da cidade. A CESAN, através do PRODESAN, está implantando rede coletora e Estações de Tratamento de Esgoto (ETEs) em certos pontos da cidade.

Meios necessários: recursos financeiros para a implantação e funcionamento de novas redes coletoras e ETEs.

6.6 – LANÇAMENTO DE EFLUENTES X QUALIDADE AMBIENTAL (ÁGUA E RECURSOS NATURAIS)

Muitos bairros do Município de Vitória, assim como dos Municípios de Vila Velha, Cariacica e Serra, situam-se no entorno da Baía de Vitória, que vem sendo vitimada nas últimas décadas pelo desenvolvimento desordenado e predatório, onde a intensa expansão urbana trouxe e ainda traz diversos problemas.

O lançamento de esgoto doméstico praticamente sem tratamento e a descarga de efluentes industriais nas águas do estuário, o uso de suas margens para o depósito clandestino de lixo e entulhos, assim como o desmatamento de áreas para fins comerciais ou imobiliários vem contribuindo para a degradação da qualidade da água, que atinge em alguns locais, níveis críticos.

Tal fato ocorre por que para a Baía de Vitória é drenada a maior parte dos efluentes domésticos e industriais, não apenas das cidades que a cercam, mas de toda a bacia do Rio Santa Maria, que contribuem com uma grande carga de detritos e poluentes variados, contribuindo para perda da qualidade ambiental e o assoreamento de algumas áreas, comprometendo o uso adequado e prejudicando o desenvolvimento sócio-econômico da cidade.

6.6.1 – Atividades Geradoras

- Atividades vinculadas à urbanização: construção civil, imobiliária, residencial, etc.
- Serviços públicos: coleta e tratamento de esgoto, saúde, controle sanitário.
- Atividades comerciais: bares, restaurantes, vendas, supermercados.
- Atividades de lazer.
- Atividade pesqueira: industrial, artesanal e de coleta.
- Atividades técnico-científicas.

6.6.2 – Segmentos Envolvidos

Moradores permanentes, donos de embarcações e pescadores, turistas, comerciantes, agentes públicos, segmentos organizados da sociedade, pesquisadores e educadores.

6.6.3 - Área de Ocorrência

O lançamento de efluentes sem tratamento na Baía de Vitória ocorre distribuído por todo o trecho, geralmente ligado clandestinamente à rede de drenagem pluvial.

6.6.4 – Restrições Legais e/ou Irregularidades

Lei de Crimes Ambientais (Lei N.9.605/98), Plano Diretor Urbano de Vitória (Lei Municipal N.4.697/94), Código Municipal de Meio Ambiente (Lei Municipal N.4.438/97), Resolução CONAMA 20/86.

6.6.5 – Atores Institucionais Envolvidos

CESAN, Prefeitura Municipal de Vitória, Secretaria do Patrimônio da União, associações comerciais e de moradores, ONG's, instituições de ensino, Colônia de Pescadores e Associação dos Catadores e Marisqueiros, Ministério Público, Secretaria de Estado para Assuntos de Meio Ambiente (SEAMA).

6.6.6 - Problemas

6.6.6.1 - Lançamento de esgoto *in natura* nas águas da Baía de Vitória

a) Efeitos/impactos associados ao problema

- Contaminação das águas da Baía de Vitória e região marinha adjacente por coliformes fecais e outros poluentes, tornando-as impróprias para o lazer em alguns locais com perda da qualidade da paisagem e prejuízos ao turismo.
- Aumento da incidência de doenças de veiculação hídrica e doenças de pele.
- Instalação de um processo de eutrofização das águas estuarina e costeira, podendo haver desaparecimento de espécies, perda de biodiversidade e recursos genéticos, e diminuição do estoque pesqueiro com prejuízos sócio-econômicos.
- Contaminação dos recursos naturais por coliformes fecais e poluentes diversos, com prejuízos sócio-econômicos para a comunidade pesqueira devido à desvalorização do pescado contaminado.
- Alteração do equilíbrio ecológico de ecossistemas costeiros.

b) Linhas de ação e medidas estratégicas para equacionar o problema

- Implantação de sistema coletor e de tratamento de esgotos; monitoramento da qualidade da água e dos recursos naturais.

c) Ações e medidas

c.1) Projeto de saneamento básico

Finalidade: Alcançar critérios de qualidade ambiental, através de índices físico-químicos da água e dos recursos naturais.

Atividade/duração: contínua

Responsabilidade: Prefeitura Municipal de Vitória - Secretaria Municipal de Obras (SEMOB), Secretaria de Desenvolvimento da Cidade (SEDEC) e a Companhia Espírito-Santense de Saneamento (CESAN).

Meios disponíveis: A Prefeitura Municipal de Vitória possui recursos humanos (equipe disponível) dados de algumas áreas e investimentos em projetos de implantação de rede coletora de esgoto em algumas regiões da cidade. A CESAN, através do PRODESAN, está implantando rede coletora e Estações de Tratamento de Esgoto (ETEs) em certos pontos da cidade.

Meios necessários: recursos financeiros para a implantação e funcionamento de novas redes coletoras e ETEs.

c.2) Programa de monitoramento da qualidade ambiental

Finalidade: Alcançar critérios de qualidade ambiental, através de índices físico-químicos da água e dos recursos naturais, e reversão do quadro degradado já instalado.

Atividade/duração: contínua

Responsabilidade: Companhia Espírito-Santense de Saneamento (CESAN); Prefeitura Municipal de Vitória - Secretaria Municipal de Obras (SEMOB), Secretaria Municipal de Desenvolvimento da Cidade (SEDEC) e Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SEMMAM); Secretaria de Estado para Assuntos de Meio Ambiente (SEAMA).

Meios disponíveis: embarcação e veículos para as atividades, combustível e recurso técnico (equipe disponível) de apoio.

Meios necessários: recursos financeiros para contratação de análises laboratoriais, aquisição/aluguel de equipamentos de pesquisa e capacitação da equipe de apoio.

c.3) Programa de divulgação da Despoluição da Baía de Vitória.

Finalidade: divulgar as belezas cênicas da Baía de Vitória e aumentar o fluxo de turistas, transformando-a em rota turística e contribuindo para aumentar as divisas para a comunidade e cidade de Vitória.

Atividade/duração: contínua

Responsabilidade: Prefeitura Municipal de Vitória - Secretaria Municipal de Desenvolvimento da Cidade (SEDEC) e Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SEMMAM).

Meios disponíveis: embarcação e veículos para as atividades, combustível e recurso técnico (equipe disponível) de apoio.

Meios necessários: recursos financeiros para a implantação e funcionamento de novas redes coletoras de esgoto e estações de tratamento.

7 – ESTRATÉGIAS DE IMPLANTAÇÃO DO PLANO

7.1 – FORMA DE LEGITIMAÇÃO DO PLANO DE INTERVENÇÃO

Definição do comitê gestor para avaliação das ações desenvolvidas pelos órgãos envolvidos; realização de *workshops* com a presença da sociedade civil, por meio do Conselho Popular de Vitória; encaminhamento ao coordenador do Vitória do Futuro (Agenda 21); validação do plano pelo Conselho Municipal do Plano Diretor Urbano e pelo Conselho Municipal do Meio Ambiente.

Com relação ao Comitê Gestor, sugere-se a participação dos seguintes órgãos:

- UNIÃO: SPU/GRPU, IBAMA, AGU, Capitania dos Portos, CODESA, UFES;
- ESTADO: Secretaria de Estado de Meio Ambiente, CESAN, CETURB;
- Municipal: PMV – Secretaria de Serviços Urbanos, Secretaria de Meio Ambiente, Secretaria de Desenvolvimento da Cidade, Secretaria de Transportes, Secretaria de Obras, Secretaria de Ação Social, Conselho Municipal do Plano Diretor Urbano, Conselho Municipal de Meio Ambiente; Câmara dos Vereadores;
- Outras instituições: ONGS, SEBRAE-ES, Conselho Popular de Vitória, Federação das Indústrias do Espírito Santo, FAESA.

As reuniões do Comitê Gestor ocorrerão quinzenalmente, com data e estatuto a serem definidos posteriormente, pelo próprio Comitê.

Caso haja necessidade da participação de outras instituições nas discussões no âmbito do Comitê Gestor, a inclusão será efetuada de acordo com as orientações presentes no estatuto do referido Comitê.

7.2 – MECANISMOS DE ENVOLVIMENTO DA SOCIEDADE

7.2.1 – Inserção do Projeto Orla no site da Prefeitura de Vitória e em outros veículos de comunicação

Responsável direto: Coordenadoria de Comunicação da Prefeitura de Vitória

Público-alvo: instituições de ensino, instituições de pesquisa, empresas, órgãos públicos, cidadão.

Meios Utilizados: produção de site.

Produção necessária: modificação semanal do site.

Cronograma previsto: um mês após a implantação do plano.

7.2.2 – Confecção de material informativo (cartilha, folder, camiseta, CD-ROM) a ser distribuído nas escolas públicas municipais e nos seminários de bairros.

Responsável direto: Coordenadoria de Comunicação

Público-alvo: instituições de ensino, instituições de pesquisa, empresas, órgãos públicos, cidadão.

Meios Utilizados: produção de site, cartilha, folder, camiseta, CD-ROM.

Produção necessária: cinco mil cartilhas, dez mil folderes, duas mil camisetas e dois mil CD-ROM.

Cronograma previsto: três meses a partir da implantação do plano.

7.2.3 - Realização de seminário geral e seminários específicos nos bairros envolvidos

Responsável Direto: Comitê Gestor

Público-alvo: Cidadão

7.2.4 - Editoração e Publicação do Plano de Intervenção da Orla

Responsável direto: Comitê Gestor / MMA

Público-alvo: Instituições de ensino, instituições de pesquisa, órgãos públicos envolvidos, empresas, escolas municipais, bibliotecas.

Meios utilizados: editoração e publicação.

Produção necessária: mil exemplares

Cronograma previsto: três meses

7.3 – ALTERNATIVAS DE ARTICULAÇÃO POLÍTICA

7.3.1 – Responsabilidade dos órgãos públicos na execução do plano

7.3.1.1 – União

- a) Secretaria de Patrimônio da União – Ministério de Planejamento: Cadastro e legalização de obras, estruturas e atividades em Terrenos de Marinha.
- b) IBAMA: Fiscalização e licenciamento de obras, estruturas e atividades no Mar Territorial Brasileiro e Áreas de Preservação Permanente.
- c) CODESA: Administração do Porto Organizado

7.3.1.2 – Estado

- a) Secretaria Estadual para Assuntos de Meio Ambiente: Planejar, orientar e controlar ações para o uso sustentável dos recursos naturais e a melhoria da qualidade ambiental.
- b) MPE:
- c) Companhia Espírito-Santense de Saneamento (CESAN): Implantação do sistema de coleta e tratamento de esgoto, assim como captação, tratamento e distribuição de água.
- d) Companhia Estadual de Transporte e Urbanização (CETURB): Transporte urbano da Grande Vitória e sua integração ao sistema de transporte aquaviário com ampliação do Transporte Coletivo.

7.3.1.3 – Municipal

Prefeitura Municipal de Vitória: Administração pública de Vitória, articulação e participação na implantação do Projeto Orla.

8 – SUBSÍDIOS E MEIOS EXISTENTES

8.1 - Base legal prevista para as ações normativas

Lei Federal N º 6513, de 20 de dezembro de 1977.

Dispõe sobre a criação de Áreas Especiais e de Locais de Interesse Turístico; sobre o inventário com finalidades turísticas dos bens de valor cultural e natural; acrescenta Inciso ao Artigo 2º da Lei Nº 4132 de 10 de setembro de 1962; altera a redação e acrescenta dispositivos à Lei Nº 4717 de 29 de junho de 1965; e dá outras providências.

Lei Federal N º 6902, de 27 de abril de 1981.

Dispõe sobre a criação de Estações Ecológicas, Áreas de Proteção Ambiental, e dá outras providências.

Lei Federal Nº 6938, de 31 de agosto de 1981.

Dispõe sobre a Política Nacional do meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências.

Lei Federal Nº 7661, de 16 de maio de 1988.

Institui o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro e dá outras providências.

Lei Federal Nº 9605, de 05 de fevereiro de 1988.

Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências.

Lei Federal Nº 9636/98

Dispõe sobre o Patrimônio da União.

Lei Orgânica do Município de Vitória.

Lei Municipal Nº 4167, de 27 de dezembro de 1994.

Dispõe sobre o desenvolvimento urbano no Município de Vitória, institui o Plano Diretor Urbano e dá outras providências.

Lei Municipal Nº 4438, de 28 de maio de 1997.

Código Municipal de Meio Ambiente de Vitória.

Lei Municipal Nº 5131, de 24 de março de 2000.

Regulamenta o Licenciamento Ambiental, a Avaliação de Impactos Ambientais e o Cadastro Ambiental nos termos da Lei Municipal Nº 4438, de 28 de maio de 1997.

8.2 - Base institucional local para as ações previstas

8.3 - Fóruns de decisão existentes no âmbito do plano

Em seções previstas na Câmara Municipal, Conselho Municipal de Desenvolvimento e Meio Ambiente (COMDEMA), Conselho Municipal do Plano Diretor Urbano (CMPDU), Conselho do Vitória do Futuro, Conselho Municipal de Turismo (COMTUR).

8.4 - Instrumentos gerenciais e normativos locais existentes

Plano de Desenvolvimento Sustentável do Turismo da Cidade de Vitória
Vitória do Futuro (Agenda 21)
Plano Plurianual 2002-2005

8.5 - Material de conhecimento disponível

8.5.1 - Cartografia básica, base digital e outros estudos

- Restituição aerofotogramétrica em formato digital escala 1:2000 (versão 2000);
- aerofotos escala 1:8000 (versão 2000);
- estudos setoriais para elaboração do Plano Diretor de Urbanização;
- Balneabilidade das praias;
- Monitoramento da qualidade do ar;
- Pesquisa de fluxo turístico (baixa, média e alta temporadas);
- Monitoramento do ecossistema marinho;
- Monitoramento do processo erosivo da Praia de Camburi.

8.5.1 - Material técnico-científico disponível

8.5.1.2 - Relatório das pesquisas financiadas pelo FACITEC – Fundo Municipal de Apoio à Ciência e Tecnologia.

Edmilson Costa Teixeira (Coord.). **Comportamento hidrodinâmico e da qualidade das águas da baía de Vitória**

José Francisco Bernardino Freitas (Coord.). **Pesquisa Integrada Método de Intervenção Urbana em Áreas Centrais: O Papel da Arquitetura no Centro de Vitória (ES).**

Clara Luiza Miranda (Coord). **Memória Visual da Baía de Vitória**

Edmilson Costa Teixeira (Coord). **Comportamento Hidrodinâmico e da Qualidade das Águas da Baía de Vitória – Continuação.**

Jean-Christophe Joyeux (Coord). **Padrões de Imigração de Larvas de Peixes no Sistema Estuarino da Baía de Vitória, ES: Segunda Fase.**

Paulo Sérgio de Paula Vargas (Coord). **O Bairro Enseada da Praia do Suá a Partir de uma Abordagem Morfológica: avaliação de desempenho e indicativos para (re)configuração.**

Vinícius Braga Pelissari (Coord). **Determinação da Vazão Ecológica do Rio Santa Maria da Vitória para Caracterização Atual e Futura da Disponibilidade Hídrica da Grande Vitória.**

Rosebel Cunha Nalesto (Coord). **Caracterização da Comunidade Planctônica Bentônica do Estuário da Baía de Vitória e Diagnósticos de Metais Pesados.**

Celso José Munaro (Coord). **Desenvolvimento de tecnologias para monitoramento remoto e controle aplicados ao tratamento de efluentes e recursos hídricos.**

Florindo dos Santos Braga (Coord). **Metodologias e Técnicas de Redução, Reutilização e Reciclagem de Resíduos Sólidos no Município de Vitória**

8.5.1.2 - Levantamento Bibliográfico sobre o Município de Vitória na Área Ambiental

Espírito Santo (Estado). Coordenação Estadual do Planejamento; Companhia Espírito Santense de Saneamento - CESAN; Espírito Santo Centrais Elétricas S/A. - Escelsa. (1988). **Caracterização Hidrológica das Bacias dos Rios Jucu, Santa Maria da Vitoria e Jacaraípe, estudos de demanda de água.** Vitoria : COPLAN/CESAN/ESCELSA, 67p. v1.

Mendonca, A.S.F.; Povoa, R.L.C.C. (1989). **Monitoramento da qualidade das águas interiores da Regiao da Grande Vitoria-anº.** Vitoria. 66p.

Mendonca, A.S.F.; Povoa, R.L.C.C. (1991). **Monitoramento de qualidade das águas interiores da Regiao da Grande Vitoria-anº 1990.** Vitoria. 70p.

Rezende, S. B. de; Resende, M.; Lani, J.L.; Cerqueira, A.F.; Feitoza, C.L.L.F.de; Stock, L.A.; Borel, R.M.A.; Alves, S.F.; Binotti J.E.C.; Schettino, L.F.; Galveas, P.A.O.; Silva, J.N. da; Aragão, L.A.P. (1994). **Perspectivas para o desenvolvimento florestal nas bacias dos Rios Santa Maria da Vitoria e Jucu. (Homem e ambiente).** Vitoria : SAE/CSMJ/EMCAPA/UFV, (c1). 45p.

Siqueira, E.S.; Zecchinelli, I.; Nascimento, M.I.; Hardt, L.; Abaurre, M. da G.B.; C., A.C.de; Souza, C.F.de; Oliveira, E.M. de; Pratti, F.; Joel, N.; Piovesan, L.M.; Tristao, M.; Sardenberg, M.B.; Brito, R.de A.; Motta, V.V.. (1996). **Parque Estadual da Fonte Grande: plano de manejo.** Vitoria : SEAG-IDAF, SEMMAM, CEPEMAR. 75p. Mapas, Tab.

Teubner Junior, F.J.; Vianna, L.M.B.; Machado, H.S.; Ricart, L.A.C.; Santos, L. dos; Silva, M.B. da; Horta, M.M.M; Gabrielli, M.; Barbosa, P.S.B.; Barros, R.S. de; Povoa, R.L.C.C.; Caliman, A.; Teixeira Neto, A.; Taveira, A.M.A.; Paste, M.R.; Cardoso, M.S.; Sa, R.C. de; Vicenzi, R.J. de M. (1990). **Projeto macrozoneamento costeiro (setor v - Vitoria): meio físico/biológico; memorial descritivo.** Vitoria. 428p. v.1, v.2. Projeto Gerenciamento costeiro.

Teubner Junior, F.J.; Teubner, F.M. (1991). **Estudo da qualidade das águas da Baía de Camburi, Vitoria, Espírito Santo.** Vitoria. 79p.

Teubner Junior, F.J. (1993). **A utilização da tecnologia de sistema de informação geográfica para a definição de zoneamentos ambientais costeiros: um estudo de caso para a região da Grande Vitoria, ES.** São Paulo. 176p. Tese de Mestrado em engenharia.

Valli, Y.P.; Rangel, M.R. (1989). **Projeto de avaliação da qualidade do ar da Grande Vitoria, Espírito Santo: relatório final, 01.06.87 a 01.06.89, código FINEP.** Vitória. FAFABES, 150p.

Pereira, J.R. (1982). **Produção primária do fitoplâncton da Baía de Vitoria - Espírito Santo, Lat. 20° 19' S-long. 40° 20' W (Estudo preliminar).** São Paulo. 95p. Tese apresentada à Universidade de São Paulo. Tese apresentada ao Instituto Oceanográfico. Mestrado em Oceanografia Biológica.

Mota, E.V.R. (1991). **Intensificação de novas unidades de conservação no Estado do Espírito Santo utilizando o sistema de análise geo-ambiental/SAGA.** Viçosa. Tese apresentada a: Universidade Federal de Viçosa. Mestrado em Ciências Florestais.

Faria, W. de. (1986). **Proteção e replantio dos morros e encostas da capital.** Vitória. 72p.

Faria, W. de. **Ilhas: baía de Vitoria e Camburi.** Vitória : 1991. 10p.

Espírito Santo (Estado). Secretaria de Estado da Agricultura; Fundação Estadual do Meio Ambiente. (1980). **Dinâmica ambiental dos estuários e baías do litoral da Grande Vitoria.** Vitória. 100p.

Kranz, P. (1997). **Agenda 21: Vitoria do futuro.** Cadernos de meio ambiente. Vitória. 58p.

Vitória. Secretaria Municipal de Meio Ambiente / Secretaria Municipal de Serviços Urbanos. (1992). **Plano diretor de arborização e áreas verdes.** Vitória. 98p.

Burjack, C.M.F.L.; Bossois, I.L.; Jamtorno, J.M.; Chiappane, J.M.; Vicentzi, R.J. de M. (1997). **Grande Vitoria em dados - 1997.** Vitória : IISN, COPLAG. 176p.

AQUACONSULT - Consultoria e Projetos de Engenharia. (1992). **Zoneamento ambiental do município - vegetação; unidade de conservação.** Vitória. 38p. v.1.

Castello, R.R.; Polido, U.F.(s/D). **As encostas urbanas.** 84p.

Conselho Intermunicipal das Bacias dos Rios Santa Maria da Vitoria e Jucu. **Relatório de atividades 1996 - 1º semestre.** Vitoria : 1996.

Vitória. Secretaria Municipal do Meio Ambiente - SEMMAM. (1999). **Plano de emergência para combate a derramamento de petróleo na região da Grande Vitoria - ES.** Vitória. 36p.

Mendonça, A.S.F.; Santos, M.M. dos. (1997). **Aplicação da modelagem estocástica ao estudo de riscos ao abastecimento de água e a salinização de estuários.** Anais do XII Simpósio Brasileiro de Recursos Hídricos. São Paulo. 506p. v.2. Simpósio Brasileiro de Recursos Hídricos, 12. Vitoria (BR), 16-20 nov. 1997.

Governo do Estado. (1992). **Posições brasileiras para a agenda 21; carta de Vitoria.** Vitoria. 24p. Apresentado: Associação Brasileira de Entidades de Meio

Ambiente - ABEMA; Espírito Santo (Estado). Conferencia Nacional do Meio Ambiente. Vitoria (BR), 12-14 fev. 1992.

Santolim, L.C.D.; Donatelli, M.R.; Fracalossi, R. (1998). **Relatório anual de qualidade do ar da Grande Vitoria (GV)-ES**. Vitoria. 35p.

Biaushi, R. (1994). **Despoluição da Baía de Vitoria**. In: Trilhas. Vitoria: 01(01), jul. p. 15-17.

Pgnaton, E.A.; Martins Filho, S.; Mazzoco, J.C.; Barros, G.M. (1979). **Projeto análise ambiental da região de Vitoria: estudo de erosão**. Vitoria. 75p.

Brito, T. (1996). **Parque Municipal Gruta da Onça: lazer e ecologia amenizam a rotina no centro Vitoria**. In: Trilhas. Vitoria: 3(9), jul. - ago. p. 26-7.

Eler, A.M.; Machado, D.; Souza, E.B.L. dos S.; Floriza, M. dos S.; Pereira, J.G.P.; Costa, M.F. da; Escobar, M. do C.G.; Canal Filho, P.; Muniz, R.C.R. (1994). **Plano Diretor Urbano de Vitória: lei 4.167/94**. Vitória. 166p.

Erler, A.M.; Zecchinelli, I. (1992). **Proposta zoneamento ambiental do município de Vitoria**. Vitoria. 35p.

Espirito Santo (Estado). Secretaria de Estado do Planejamento; Vitoria. Prefeitura Municipal; Vila Velha. Prefeitura Municipal; Cariacica. Prefeitura Municipal; Fundação Jones dos Santos Neves. (1980). **Programa CPM/BIRD - subprojeto Vitória: proposta de intervenção integrado - perfis de projetos** . Versão preliminar. Vitória. 2v. 200p.

Valli, Y.P. (1983). **Projeto de avaliação da qualidade do ar de Vitória - Espírito Santo**. Vitória. 100p.

Centro de Tecnologia em Aqüicultura. (1997). **Estudos para implantação de unidades de pesquisa e produção de mariscos na Baía de Vitoria - Ilha das Caieiras**. Vitoria. 38p.

Prefeitura Municipal de Vitória. (2000) Coordenadoria de Administração Estratégica. **Plano estratégico da cidade: relatório balanço 1997/2000**. Vitória. 50p.

Bezerra, I.A.; Lobino, M. das G.F.; Bergamasdri, R. (S/D). **Caracterização do relevo da Ilha de Vitória**. Vitória. 06p.

Nepomuceno, M. de C.; Fernandes, C.M.; Albertino, E.L.; Moraes, E.R.; Stein, M.R.(1996). **Vitória do futuro; plano estratégico da cidade 1996-2010**. Vitória. 114p.

Lima Jr., C.B.; Soares, S.C.; Bonicenha, W. (1994). **Baía de Vitória: aspectos históricos e culturais**. Vitória. 119p.

Consorcio Santa Maria Jucu. **Características gerais do rio Santa Maria da Vitoria**. 28p.

Abe, A.T. (2000). **Os impactos previsíveis da atividade petrolífera sobre a grande Vitoria**. In: Tópicos. Vitoria. (10), jun.jul 2000. P.14-15.

Vitória. Secretaria Municipal de Meio Ambiente. (1997). **Código municipal de meio ambiente: lei 4438 de 28 de maio de 1997.** In: Vitória. p. 83.

Braga, F. dos S.; Nobrega, C.C.; Henriques, V.M. (2000). **Estudo da Composição dos resíduos Sólidos domiciliares em Vitória - ES.** In: (Limpeza publica). São Paulo. (55), abril 2000. p. 11-7.

ODEBRECHT. **Terceira ponte de Vitória.** 07p.

Araujo, R. de C.H. (S/D). **Breve histórico do município de Vitória.** Vitória. 11p.

Vitória. Prefeitura Municipal. Departamento de Turismo; EMBRATUR; Conselho Municipal de Turismo. (2000). **Vitória do turismo: plano de desenvolvimento sustentável do turismo da cidade de Vitória.** 129p.

Julio, A. (2000). **Um Estado abençoado por Deus e bonito por natureza.** In: (Orla). Vitória. 13(86), jan.2000. p. 08-33.

Andrade, A.M.; Correa, A.C.A.; Carvalho, L.M. G. (1989). **A importância da preservação dos manguezais ao norte da Baía de Vitória.** Vitória. 15p.

TRANSMAR. (2001).**Relatório de Impacto Ambiental - RIMA: Base de apoio Nova Holanda.** Vila Velha. 38p.

AQUACONSULT - Consultoria e Projetos de Engenharia Ltda; ADERES. Agencia de Desenvolvimento em Rede do Espírito Santo S.A. (1998). **Plano Diretor das Bacias Hidrográficas do Estado do Espírito Santo: uso e ocupação do solo, uso água e da qualidade dos recursos hídricos.** Vitória.

Marvila, M.; Grigato, R.B. (1998). **Jardins de Vitória.** (Cadernos de Meio Ambiente). Vitória. 42p.

9 – MONITORAMENTO

O Trecho 3, e de maneira geral todos os trechos identificados anteriormente, apresenta aspectos mais abrangentes e comuns (como o lançamento de esgotos “in natura”) a outros trechos, e que necessitam ser trabalhados através da implantação de planos ou programas que envolvam ações específicas, como as apresentadas no item “Conflitos Identificados”, e que talvez fugissem do contexto observado para a implantação do Plano de Intervenção proposto para este trecho. Neste sentido, o grupo que trabalhou na formulação deste Plano de Intervenção entendeu que haveria dois enfoques principais para este trecho e que consistiriam nos objetivos das ações da intervenção e, portanto, alvo das estratégias de monitoramento.

O primeiro foco das ações seria as áreas livres e/ou sub-aproveitadas e a implementação dos projetos e ações para cada área, que possuem características e vocações específicas, como apresentado no “Diagnóstico das Áreas Elemento de Intervenção”. Em um segundo momento, após a implantação dos empreendimentos, programas e ações, o monitoramento consistiria na própria freqüência de utilização das áreas pelos visitantes.

Por se situar no litoral e se compor, além da região continental, por 34 ilhas da qual se destaca a ilha estuarina de Vitória, a cidade possui atributos que a direcionam para o desenvolvimento de atividades voltadas para a navegação, hoje conferidas praticamente à atividade portuária e de pesca. Com vistas a dar suporte para o alavancamento do turismo na região e como meio de transporte para a população da Região Metropolitana de Vitória, o outro tema definido como ação do plano trata de uma das vocações naturais de Vitória, a navegação, aqui enfocada pelo desenvolvimento de um estudo de viabilidade para a implantação de um sistema aquaviário.

Os atrativos cênicos da Baía de Vitória, que poderiam estar sendo mais bem aproveitados através da utilização de embarcações que realizariam o translado entre vários pontos da orla do município e entre os municípios vizinhos de Vila Velha e Cariacica, não são plenamente explorados atualmente.

Além disso, certas regiões do município, como é o caso do centro da cidade, apresentam trânsito intenso de veículos e um grande número de passageiros que utilizam o transporte urbano como forma de locomoção. Uma das soluções observadas pelo grupo de trabalho seria a utilização do trajeto do aquaviário, que integrado ao sistema de Transporte Coletivo (Transcol) da Grande Vitória, diminuiria consideravelmente o fluxo de veículos e reduziria a distância e o tempo de viagem dos passageiros, melhorando de uma certa forma a qualidade de vida da população.

Em relação a cada foco foram identificados os tipos de monitoramento:

9.1 – Uso das áreas livres e/ou sub-aproveitadas:

9.1.1. Implantação dos Projetos das Áreas Livres e/ou Sub-aproveitadas.

- a) Critérios do monitoramento: número atual de áreas livres e/ou sub-aproveitadas pela quantidade de áreas com projetos implantados.
- b) Sistemática de coleta de dados: acompanhamento dos projetos, através do cronograma de obras, nas áreas elemento de intervenção.
- c) Relatórios mensais e anuais.

9.1.2. Utilização das Áreas Livres e/ou Sub-aproveitadas pelos Visitantes.

- a) Indicadores do monitoramento: freqüência de uso em cada área, através da contagem do número de visitas atual pelo número de visitas após a implantação dos projetos.
- b) Sistemática de coleta de dados: formulários e contagem semanal do número de visitantes.
- c) Relatórios mensais e anuais.

9.1.3 – Estudo de viabilidade da implantação do sistema aquaviário.

- a) Parâmetros do monitoramento: formulação de projeto e contratação do estudo; informações do desenvolvimento do estudo e relatório final.
- b) Sistemática de coleta de dados: acompanhamento do estudo, de acordo com o cronograma do projeto.
- c) Relatórios bimestrais e anuais.

10 – SISTEMÁTICA DE ACOMPANHAMENTO, AVALIAÇÃO E REVISÃO DO PLANO.

10.1 – Uso das áreas livres e/ou sub-aproveitadas

10.1.1 – Cais do Hidroavião.

- a) Ação: Ativar Atracadouro para a localização de restaurante e para a implantação de futuro ponto de parada para o Sistema Aquaviário, com acompanhamento da Secretaria de Desenvolvimento da Cidade (PMV/SEDEC);
 - b) a ação prevista se constitui na abertura do processo de licitação para a exploração do espaço tendo em vista a instalação do restaurante e uso do local para fins turísticos e de lazer, e possível integração como ponto de para da para o Sistema Aquaviário;
 - c) verificação dos prazos previstos no cronograma da contratação dos serviços e produtos instalados;
 - a) indicação de eventuais produtos e/ou operações abandonadas;
 - b) os produtos instalados e a utilização pública do local poderão ser utilizados como indicadores para a avaliação dos resultados obtidos;
 - c) prazo para a aferição das metas da ação: trimestral;
 - d) data de entrega de relatório: semestral;
 - e) revisão do plano: anual.

10.1.2 – Parque Tancredo de Almeida Neves.

- a) Ação: abertura de concurso nacional arquitetônico para a urbanização do parque e implantação de projeto urbanístico para melhor adequação de usos, com vistas ao lazer e atividades culturais e esportivas, com acompanhamento da Secretaria de Desenvolvimento da Cidade (PMV/SEDEC) e da Secretaria Municipal de Meio Ambiente (PMV/SEMMAM);
 - b) as ações previstas visam aumentar a relação da área do Tancredão (integrada ao Sambão do Povo, Caís do Hidroavião e Teatro Carmélia) ao contexto da cidade, conferindo atribuições a um espaço mal utilizado atualmente;
 - c) Apresentação do projeto, processo de licenciamento, acompanhamento do cronograma do projeto;
 - d) indicação de eventuais produtos e/ou operações abandonadas;
 - e) os produtos instalados, a utilização pública do local e a integração com as áreas de entorno poderão ser utilizados como indicadores para a avaliação dos resultados obtidos;
 - f) prazo para a aferição das metas da ação: bimestral;
 - g) data de entrega de relatório: anual;
 - h) revisão do plano: anual.

10.1.3 – Área da Companhia Docas do Espírito Santo - CODESA.

- a) Ação: integração entre a CODESA e a Prefeitura Municipal de Vitória para a definição do projeto para o uso da área ociosa, tendo como responsáveis a CODESA e a SEDEC;
 - b) Plano de Desenvolvimento da Zona Portuária (PDZP) implantado e integração com os projetos de Revitalização do Centro e da Vila Rubim;
 - c) Definição do projeto de uso para a área ociosa da CODESA;
 - d) indicação de eventuais produtos e/ou operações abandonadas;

e) os produtos instalados, a utilização pública do local e a integração com as áreas de entorno poderão ser utilizados como indicadores para a avaliação dos resultados obtidos;

f) prazo para a aferição das metas da ação: bimestral;

g) data de entrega de relatório: semestral;

h) revisão do plano: anual.

10.1.4 – Praça do Índio.

a) Ação: urbanização de área livre com transformação do estacionamento informal em estacionamento ordenado de menor tamanho e praça de equipamentos, com acompanhamento da Secretaria de Desenvolvimento da Cidade (PMV/SEDEC) e da Secretaria Municipal de Meio Ambiente (PMV/SEMMAM);

b) Ações definidas em projeto específico e área de estacionamento ordenada;

c) projeto executivo arquitetônico e paisagístico concluído e;

d) indicação de eventuais produtos e/ou operações abandonadas;

e) os produtos instalados, a utilização pública do local e a integração com as áreas de entorno poderão ser utilizados como indicadores para a avaliação dos resultados obtidos;

f) prazo para a aferição das metas da ação: bimestral;

g) data de entrega de relatório: semestral;

h) revisão do plano: anual.

10.1.5 – Ilha da Fumaça.

a) Ação: plano de preservação das Áreas de Preservação Permanente, ruínas e residências, assim como as propostas de intervenção para a ilha e áreas de entorno (Ministério da Defesa e Distribuído Disco), com acompanhamento da Secretaria de Desenvolvimento da Cidade (PMV/SEDEC) e da Secretaria Municipal de Meio Ambiente (PMV/SEMMAM).

b) Ações definidas no projeto específico, preservação e aumento da área vegetada, tombamento e consolidação das ruínas, uso do local para fins turísticos e de lazer, desativação e retirada das atividades irregulares;

c) projeto de intervenção de uso. São observados como obstáculos à implantação definitiva das ações, as atividades irregulares e a presença de espólio de área particular, bem como a falta de articulação entre as esferas governamentais federal (Ministério da Defesa) e municipal;

d) indicação de eventuais produtos e/ou operações abandonadas;

e) área revegetada e preservada; definição das pendências de uso atual;

f) prazo para a aferição das metas da ação: trimestral;

g) data de entrega de relatório: semestral;

h) revisão do plano: anual.

10.1.6 – Hortomercado

a) Ação: revitalização com colocação de um centro gastronômico e comércio hortifrutigranjeiro com acompanhamento da Secretaria de Desenvolvimento da Cidade (PMV/SEDEC).

b) As ações envolvem obras de restauração da estrutura atual do hortomercado, com vistas à melhoria arquitetônica do local e localização de lojas, bares e restaurantes;

- c) projeto de intervenção de uso;
- d) cessão da área;
- e) revitalização da área como pólo de comércio alimentício e de turismo;
- f) prazo para a aferição das metas da ação: bimestral; data de entrega de relatório: semestral;
- g) revisão do plano: anual.

10.1.7 – Cruz do Papa

a) Ação: implantação de um parque temático e restauração da geomorfologia antiga da Ilha do Papagaio, com acompanhamento da Secretaria de Desenvolvimento da Cidade (PMV/SEDEC) e da Secretaria Municipal de Meio Ambiente (PMV/SEMMAM).

b) Propostas definidas no projeto: praça de eventos, centro cultural, marina pública, restaurante, aquário municipal e integração com o hortomercado; separação da Ilha do Papagaio da Ilha de Vitória; objetivando manter os visuais existentes no local em relação ao seu entorno, manter e reforçar as atividades culturais e de entretenimento existentes, incorporar novos usos e restabelecer a Ilha do Papagaio;

- c) projeto de intervenção de uso;

- d) cessão da área;

e) os produtos instalados, a utilização pública do local e a integração com as áreas de entorno poderão ser utilizados como indicadores para a avaliação dos resultados obtidos;

- f) prazo para a aferição das metas da ação: bimestral;

- g) data de entrega de relatório: semestral;

- h) revisão do plano: anual.

10.2 - ESTUDO DE VIABILIDADE DA IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA AQUAVIÁRIO.

a) Ação: formulação de projeto e contratação do estudo, com acompanhamento da Secretaria de Desenvolvimento da Cidade (PMV/SEDEC) e da Secretaria Municipal de Transportes (SETTRAN).

- b) Desenvolvimento do estudo e implantação de sistema Aquaviário;

- c) Verificação dos prazos previstos no cronograma do estudo;

- d) indicação de eventuais produtos e/ou operações abandonadas;

- e) informações do desenvolvimento do estudo e relatório final;

- f) prazo para a aferição das metas da ação: mensal;

- g) data de entrega de relatório: trimestral;

- h) revisão do plano: anual.

11 – APRESENTAÇÃO DO PLANO E CRONOGRAMA GERAL.

ANEXOS

PAISAGEM LITORÂNEA – DADOS GERAIS DO TRECHO 3.

CAIS DO HIDROAVIÃO

Tipo de Orla:

- ◆ Orla de Urbanização Consolidada
- ◆ Abrigada

Forma geral da linha costeira:

- ◆ Arco → Baía

Contexto:

- ◆ Baía
- ◆ Estuário

Elementos:

- ◆ Morros

- Elementos Laterais (todos colocados além da linha costeira):

	MATRIZ	CORREDOR	FRAGMENTOS
Mata			
Agricultura			
Reflorestamento			
Urbanização	◆		
Campos			

Urbanização:

- ◆ Convencional

Problemas Ambientais:

- ◆ Desmatamento
- ◆ Poluição das águas
- ◆ Pesca Predatória
- ◆ Disposição Inadequada de Resíduos Sólidos

Categoria – Análise da Região:

- Cobertura:

- ◆ Mancha Urbana → Cidade → Horizontal
- ◆ Vegetação → Manguezal

- Elementos:

- ◆ Canais
- ◆ Ilhas
- ◆ Morros
- ◆ Praias → Arco

Tabela de Parâmetros e Indicadores Ambientais, Sociais e Econômicos aplicados na classificação da Orla.

Parâmetros / Indicadores	Situação	
	Atual	Futura
Ambientais		
01) Cobertura vegetal nativa (%)	Não	-----
02) Valores cênicos	Sim, canal da baía	Maior valorização c/ melhorias
03) Integridade dos Ecossistemas	Insatisfatória	Despoluição c/ controle ambiental
04) Fragilidade dos Ecossistemas	Alta	Recuperar ecossistemas
05) Presença de Unidades de Conservação	PM Fonte grande	PM Fonte grande
06) Condições de Balneabilidade	Péssima	Recuperar
07) Degradação ambiental	Sim	Recuperação
08) Erosão costeira	Não	-----
09) Presença de efluentes (línguas negras)	Sim	Medidas de saneamento
10) Disposição inadequada de resíduos	Sim	Medidas de controle ambiental
11) Presença de construções irregulares	Sim	Regularização fundiária e programa de regul. edificações
12) Potencial para aproveitamento mineral	Não	-----
13) Aptidão agrícola	Não	-----
14) Potencial de extração mineral	Não	-----
15) Potencial pesqueiro	Sim	Aprimoramento do potencial através de manejo pesqueiro
16) Aptidão para aquicultura	Não	Sim
Sociais		
17) Presença de comunidades tradicionais	Não	-----
18) Fluxo de turistas	Não	Estudo de viabilidade do aquaviário e intensivar turismo
19) Concentração de domicílios de veraneio	Não	-----
20) Infra-estrutura de lazer / turismo	Cais do hidroavião	Cais do hidroavião
21) Cobertura urbana ou urbanização	Sim	Sim
22) Domicílios servidos por água	100%	100%
23) Domicílios com serviço de esgoto (%)	30%	100%
24) Domicílios servidos por coleta de lixo (%)	100%	100%
25) Domicílios servidos por energia elétrica (%)	100%	100%
26) Acesso às redes de circulação	Sim	Incremento conforme aumento da população

27) Presença de áreas de interesse militar	Não	-----
28) Presença de instalações geradoras de energia de médio e grande porte	Não	-----
29) Presença de áreas tombadas	Sim, Cais do Hidroavião	Manutenção do tombamento
Econômicos		
30) Pressão imobiliária	Sim	Não
31) Uso agrícola	Não	-----
32) Uso para extração vegetal	Não	-----
33) Uso pesqueiro	Sim	Aprimoramento do potencial através de manejo pesqueiro
34) Uso para aquicultura	Não	Sim, desde que implementadas medidas de controle ambiental
35) Uso para tráfego aquaviário (portuário)	Sim	Sim. Estudo de viabilidade de implantação de transporte aquaviário
36) Uso industrial	Não	-----
37) Aproveitamento mineral	Não	-----
38) Atividades petrolíferas	Não	-----
39) Atividades turísticas	Sim, rota de passeio de escuna	Sim,

PARQUE TANCREDO NEVES (TANCREDÃO)

Tipo de orla:

- ◆ Orla de Urbanização Consolidada
- ◆ Abrigada

Forma geral da linha costeira:

- ◆ Linear → Baía

Contexto

- ◆ Baía
- ◆ Estuário

Elementos:

- ◆ Morro

- Elementos laterais (todos colocados além da linha costeira)

	MATRIZ	CORREDOR	FRAGMENTOS
Mata			
Agricultura			
Reflorestamento			
Urbanização	◆		
Campos			

Urbanização:

- ◆ Convencional
- ◆ Contínua

Problemas Ambientais:

- ◆ Desmatamento
- ◆ Poluição das águas
- ◆ Esgoto a céu aberto
- ◆ Invasão de área protegida
- ◆ Aterro

Observações:

- ◆ Parque em estado de abandono (sem uso)

Categoria – Análise da Região:

- Cobertura:

Mancha Urbana	→ Cidade	→ Horizontal
Vegetação	→ Mata Atlântica	
	→ Manguezal	

- Elementos:

- ◆ Vegetação (Parque)

Tabela de Parâmetros / Indicadores Ambientais, Sociais e Econômicos aplicados na classificação da Orla para o Parque Tancredo.

Parâmetros / Indicadores	Situação	
	Atual	Futura
Ambientais		
01) Cobertura vegetal nativa (%)	Sim	Aumentar a cobertura
02) Valores cênicos	Sim, canal da baía de Vitória	Maior valorização c/ melhorias
03) Integridade dos Ecossistemas	Insatisfatória	Despoluição c/ controle ambiental
04) Fragilidade dos Ecossistemas	Alta	Recuperar ecossistemas
05) Presença de Unidades de Conservação	PM Fonte grande	PM Fonte grande
06) Condições de Balneabilidade	Péssima	Recuperar
07) Degradação ambiental	Sim	Recuperação
08) Erosão costeira	Não	-----
09) Presença de efluentes (línguas negras)	Sim	Medidas de saneamento
10) Disposição inadequada de resíduos	Sim	Medidas de controle ambiental
11) Presença de construções irregulares	Sim	Regularização fundiária e programa de regularização das edificações
12) Potencial para aproveitamento mineral	Não	-----
13) Aptidão agrícola	Não	-----
14) Potencial de extração mineral	Não	-----

15) Potencial pesqueiro	Sim	Aprimoramento do potencial através de manejo pesqueiro
16) Aptidão para aquicultura	Não	Sim
Sociais		
17) Presença de comunidades tradicionais	Não	-----
18) Fluxo de turistas	Não	Estudo de viabilidade do aquaviário, implantar benfeitorias no parque e intensificar o turismo
19) Concentração de domicílios de veraneio	Não	-----
20) Infra-estrutura de lazer / turismo	Parque Urbano	Parque Urbano
21) Cobertura urbana ou urbanização	Sim	Sim
22) Domicílios servidos por água	100%	100%
23) Domicílios com serviço de esgoto (%)	30%	100%
24) Domicílios servidos por coleta de lixo	100%	100%
25) Domicílios servidos por energia elétrica (%)	100%	100%
26) Acesso às redes de circulação	Sim	Incremento conforme aumento da visitação
27) Presença de áreas de interesse militar	Não	-----
28) Presença de instalações geradoras de energia de médio e grande porte	Não	-----
29) Presença de áreas tombadas	Sim	Sim
Econômicos		
30) Pressão imobiliária	Sim	Não
31) Uso agrícola	Não	-----
32) Uso para extração vegetal	Não	-----
33) Uso pesqueiro	Sim	Aprimoramento do potencial através de manejo pesqueiro
34) Uso para aquicultura	Não	Sim, desde que implementadas medidas de controle ambiental
35) Uso para tráfego aquaviário (portuário)	Sim	Sim. Estudo de viabilidade de implantação de transporte aquaviário
36) Uso industrial	Não	-----
37) Aproveitamento mineral	Não	-----
38) Atividades petrolíferas	Não	-----
39) Atividades turísticas	Sim, rota de passeio de escuna	Sim

CODESA

Tipo de orla:

- ◆ Orla de Urbanização Consolidada
- ◆ Abrigada

Forma geral da linha costeira:

- ◆ Linear
- ◆ Arco → Baía

Contexto

- ◆ Baía
- ◆ Estuário

Elementos:

- Elementos laterais (todos colocados além da linha costeira)

	MATRIZ	CORREDOR	FRAGMENTOS
Mata			
Agricultura			
Reflorestamento			
Urbanização	◆		
Campos			

Urbanização:

- ◆ Convencional
- ◆ Histórica
- ◆ Porto

Problemas Ambientais:

- ◆ Poluição das águas

Observações:

- ◆ Poluição atmosférica de veículos, edificações em estado de conservação péssimo, terminal aquaviário desativado, falta área de estacionamento. Pontos de ônibus

Categoria – Análise da Região:

- Cobertura:
Mancha Urbana → Cidade → Horizontal
- Elementos:
◆ Canal

Tabela de Parâmetros / Indicadores Ambientais, Sociais e Econômicos aplicados na classificação da Orla.

Parâmetros / Indicadores	Situação	
	Atual	Futura
Ambientais		
01) Cobertura vegetal nativa (%)	Não	-----
02) Valores cênicos	De grande importância	Valorização da paisagem ,melhorias urbanas e paisagísticas
03) Integridade dos Ecossistemas	Insatisfatória	Despoluição da baía c /

		medidas de controle ambiental
04) Fragilidade dos Ecossistemas	Alta / grande	
05) Presença de Unidades de Conservação	Não	-----
06) Condições de Balneabilidade	Não	-----
07) Degradação ambiental	Sim	Implantação de medidas de controle ambiental
08) Erosão costeira	Não	-----
09) Presença de efluentes (línguas negras)	Sim	Medidas de controle ambiental
10) Disposição inadequada de resíduos	Não	-----
11) Presença de construções irregulares	Não	-----
12) Potencial para aproveitamento mineral	Não	-----
13) Aptidão agrícola	Não	-----
14) Potencial de extração mineral	Não	-----
15) Potencial pesqueiro	Sim, lazer e subsistência	Manutenção
16) Aptidão para agricultura	Não	-----
Sociais		
17) Presença de comunidades tradicionais	Não	-----
18) Fluxo de turistas	Sim, navios de turismo e guerra	Melhorar a infra-estrutura Incentivar turismo
19) Concentração de domicílios de veraneio	Não	-----
20) Infra-estrutura de lazer / turismo	Não	A implantar
21) Cobertura urbana ou urbanização	Existente	Melhoria urbana e paisagística
22) Domicílios servidos por água	100%	100%
23) Domicílios com serviço de esgoto (%)	Neise 00%	100%
24) Domicílios servidos por coleta de lixo (%)	100%	100%
25) Domicílios servidos por energia elétrica (%)	100%	100%
26) Acesso às redes de circulação	Sim	Melhorar sistema de transporte coletivo e segurança pública
27) Presença de áreas de interesse militar	-----	-----
28) Presença de instalações geradoras de energia de médio e grande porte	Não	-----
29) Presença de áreas tombadas	Sim – Porto, armazéns, palácio	Inclusão sitio arqueológico
Econômicos		
30) Pressão imobiliária	Não	-----
31) Uso agrícola	Não	-----
32) Uso para extração vegetal	Não	-----
33) Uso pesqueiro	Não	-----
34) Uso para agricultura	Não	-----
35) Uso para tráfego aquaviário (portuário)	Sim	Continuidade com melhoria na infra-estrutura

36) Uso industrial	Não	-----
37) Aproveitamento mineral	Não	-----
38) Atividades petrolíferas	Não	-----
39) Atividades turísticas	Sim – Navio de guerra e de passageiros	Melhorar infra-estrutura. Incrementar turismo

PRAÇA DO ÍNDIO

Tipo de Orla:

- ◆ Orla de Urbanização Consolidada
- ◆ Abrigada

Forma geral da linha costeira:

- ◆ Arco → Baía

Contexto:

- ◆ Baía

Elementos:

- Elementos Laterais (todos colocados além da linha costeira)

	MATRIZ	CORREDOR	FRAGMENTOS
Mata			
Agricultura			
Reflorestamento			
Urbanização	◆		
Campos			

Urbanização:

- ◆ Convencional

Problemas Ambientais:

- ◆ Erosão ◆ Desmatamento

Categoria – Análise da Região:

- Cobertura:
 - ◆ Mancha Urbana → Cidade → Mista
 - ◆ Vegetação esparsa
- Elementos:
 - ◆ Canais ◆ Morros

Tabela de Parâmetros / Indicadores Ambientais, Sociais e Econômicos aplicados na classificação da Orla.

Parâmetros / Indicadores	Situação	
	Atual	Futura
Ambientais		
01) Cobertura vegetal nativa (%)	Não	-----
02) Valores cênicos	Sim – Penedo, baía	Retirada dos guindastes

do TVV		
Medidas de controle ambiental		
03) Integridade dos Ecossistemas	Insatisfatória	
04) Fragilidade dos Ecossistemas	Alta	Recuperar
05) Presença de Unidades de Conservação	Não	-----
06) Condições de Balneabilidade	Não	-----
07) Degradação ambiental	Sim	Recuperação
08) Erosão costeira	Não	-----
09) Presença de efluentes (línguas negras)	Sim	Medidas de controle ambiental
10) Disposição inadequada de resíduos	Sim	Medidas de controle ambiental
11) Presença de construções irregulares	Não	-----
12) Potencial para aproveitamento mineral	Não	-----
13) Aptidão agrícola	Não	-----
14) Potencial de extração mineral	Não	-----
15) Potencial pesqueiro	Sim	Pesca de lazer, após a despoluição da baía
16) Aptidão para agricultura	Não	-----
Sociais		
17) Presença de comunidades tradicionais	Não	-----
18) Fluxo de turistas	Não	Valorização do Centro Fluxo turistas, cruzeiro
19) Concentração de domicílios de veraneio	Não	Não
20) Infra-estrutura de lazer / turismo	Não	A implantar
21) Cobertura urbana ou urbanização	Sim	Melhoria na urbanização e paisagismo
22) Domicílios servidos por água	100%	100%
23) Domicílios com serviço de esgoto (%)	30%	100%
24) Domicílios servidos por coleta de lixo (%)	100%	100%
25) Domicílios servidos por energia elétrica (%)	100%	100%
26) Acesso às redes de circulação	Sim	Manutenção do uso / incremento com população
27) Presença de áreas de interesse militar	Não	-----
28) Presença de instalações geradoras de energia de médio e grande porte	Não	-----
29) Presença de áreas tombadas	Sim	Forte São João.
Econômicos		
30) Pressão imobiliária	Não	-----
31) Uso agrícola	Não	-----
32) Uso para extração vegetal	Não	-----
33) Uso pesqueiro	Não	Manter após despoluição da baía
34) Uso para agricultura	Não	-----
35) Uso para tráfego aquaviário (portuário)	Portuário e Tráfego de pesca	Reimplantação do transporte aquaviário

36) Uso industrial	Não	-----
37) Aproveitamento mineral	Não	-----
38) Atividades petrolíferas	Não	-----
39) Atividades turísticas	Não	Sim, incrementar

ILHA DA FUMAÇA

Tipo de orla:

- ◆ Orla de Urbanização Consolidada
- ◆ Abrigada
- ◆ Orla em Processo de Urbanização

Forma geral da linha costeira:

- ◆ Linear
- ◆ Baía

Contexto:

- ◆ Baía
- ◆ Estuário

Elementos:

- ◆ Manguezal
- ◆ Costão
- ◆ Praia

- Elementos laterais (todos colocados além da linha costeira)

	MATRIZ	CORREDOR	FRAGMENTOS
Mata			◆
Agricultura			
Reflorestamento			
Urbanização	◆		
Campos			

Urbanização:

- ◆ Descontínua

Problemas Ambientais:

- ◆ Destrução de Morros
- ◆ Poluição das águas
- ◆ Esgoto a céu aberto

Observações:

- ◆ Privatização de área de praia
- ◆ Lançamento de esgotos através da rede de drenagem

Categoria – Análise da Região:

- Cobertura:

- | | |
|--|---|
| <ul style="list-style-type: none"> ◆ Mancha Urbana ◆ Vegetação | <ul style="list-style-type: none"> → Cidade →Horizontal → Mata Atlântica → Manguezal → Plantação Convencional |
|--|---|

Elementos:

- ◆ Canais
- ◆ Morros
- ◆ Costão
- ◆ Praias

Tabela de Parâmetros / Indicadores Ambientais, Sociais e Econômicos aplicados na classificação da Orla.

Parâmetros / Indicadores	Situação	
	Atual	Futura
Ambientais		
01) Cobertura vegetal nativa (%)	Sim	Aumento e preservação
02) Valores cênicos	Sim – Penedo e Baía de Vitória	Sim – Penedo e Baía de Vitória
03) Integridade dos Ecossistemas	Insatisfatória	Medidas de controle ambiental
04) Fragilidade dos Ecossistemas	Alta	Recuperar
05) Presença de Unidades de Conservação	Não	Implantar
06) Condições de Balneabilidade	Não	Medidas de controle ambiental
07) Degradação ambiental	Sim	Recuperação
08) Erosão costeira	Não	-----
09) Presença de efluentes (línguas negras)	Sim	Medidas de controle ambiental
10) Disposição inadequada de resíduos	Sim	Medidas de controle ambiental
11) Presença de construções irregulares	Sim	Retirada
12) Potencial para aproveitamento mineral	Não	-----
13) Aptidão agrícola	Não	-----
14) Potencial de extração mineral	Não	-----
15) Potencial pesqueiro	Sim	Pesca de lazer, após a despoluição da baía
16) Aptidão para agricultura	Não	-----
Sociais		
17) Presença de comunidades tradicionais	Não	-----
18) Fluxo de turistas	Sim	Valorização da região e aumento do fluxo turistas
19) Concentração de domicílios de veraneio	Não	Não
20) Infra-estrutura de lazer / turismo	Não	A implantar
21) Cobertura urbana ou urbanização	Sim	Melhoria na urbanização e paisagismo
22) Domicílios servidos por água	100%	100%
23) Domicílios com serviço de esgoto (%)	----	100%
24) Domicílios servidos por coleta de lixo (%)	100%	100%
25) Domicílios servidos por energia elétrica (%)	100%	100%
26) Acesso às redes de circulação	Sim	Manutenção do uso /

		incremento com população
27) Presença de áreas de interesse militar	Não	-----
28) Presença de instalações geradoras de energia de médio e grande porte	Não	-----
29) Presença de áreas tombadas	Não	Tombar ruínas
Econômicos		
30) Pressão imobiliária	Sim	-----
31) Uso agrícola	Não	-----
32) Uso para extração vegetal	Não	-----
33) Uso pesqueiro	Não	Manter após despoluição da baía
34) Uso para agricultura	Não	-----
35) Uso para tráfego aquaviário (portuário)	Portuário e Tráfego de pesca	Reimplantação do transporte aquaviário e regularização dos atracadouros existentes
36) Uso industrial	Sim	Retirada
37) Aproveitamento mineral	Não	-----
38) Atividades petrolíferas	Não	-----
39) Atividades turísticas	Pouco	Sim, incrementar

REGIÃO DO HORTOMERCADO

Tipo de orla:

- ◆ Orla de Urbanização Consolidada
- ◆ Abrigada

Forma geral da linha costeira:

- ◆ Linear

Contexto:

- ◆ Baía
- ◆ Estuário

Elementos:

- ◆ Canal

- Elementos laterais (todos colocados além da linha costeira):

	MATRIZ	CORREDOR	FRAGMENTOS
Mata			
Agricultura			
Reflorestamento			
Urbanização	◆		
Campos			

Urbanização:

- ◆ Convencional

Problemas Ambientais:

- ◆ Poluição das águas
- ◆ Pesca Predatória

Categoria – Análise da Região:

- Cobertura:
 - ◆ Mancha Urbana → Cidade → Horizontal
- Elementos:
 - ◆ Canais
 - ◆ Ilhas
 - ◆ Praias → Linear
 - ◆ Píer (pequenas embarcações)

Tabela de Parâmetros / Indicadores Ambientais, Sociais e Econômicos aplicados na classificação da Orla.

Parâmetros / Indicadores	Situação	
	Atual	Futura
Ambientais		
01) Cobertura vegetal nativa (%)	Inexistente	-----
02) Valores cênicos	Vista p/baía, atraque de barcos pesqueiros	Valorização da paisagem c/melhorias urbanas e paisagísticas
03) Integridade dos Ecossistemas	Insatisfatória	Despoluição da baía, medidas de controle ambiental
04) Fragilidade dos Ecossistemas	Alta / grande	Despoluição da baía, medidas de controle ambiental
05) Presença de Unidades de Conservação	Não	-----
06) Condições de Balneabilidade	Nenhuma	Recuperação
07) Degradação ambiental	Sim	Recuperação da degradação através de medidas de controle ambiental
08) Erosão costeira	Não	-----
09) Presença de efluentes (línguas negras)	Sim (s/línguas)	Implementação de medidas de saneamento
10) Disposição inadequada de resíduos	Sim	Medidas de controle ambiental
11) Presença de construções irregulares	Sim	Regularização fundiária e programa de regularização de edificações
12) Potencial para aproveitamento mineral	Não	-----
13) Aptidão agrícola	Não	-----
14) Potencial de extração mineral	Não	-----
15) Potencial pesqueiro	Idem Praça do Índio	Idem Praça do Índio
16) Aptidão para agricultura	Não	-----

Sociais		
17) Presença de comunidades tradicionais	Não	-----
18) Fluxo de turistas	Não	Sim, melhoria da infra-estrutura de lazer e turismo
19) Concentração de domicílios de veraneio	Não	-----
20) Infra-estrutura de lazer / turismo	Não	A implantar
21) Cobertura urbana ou urbanização	Sim	Melhoria da urbanização e paisagismo
22) Domicílios servidos por água	100%	100%
23) Domicílios com serviço de esgoto (%)	30%	100%
24) Domicílios servidos por coleta de lixo (%)	100%	100%
25) Domicílios servidos por energia elétrica (%)	100%	100%
26) Acesso às redes de circulação	Sim	Manutenção e incremento à medida em que a população aumenta
27) Presença de áreas de interesse militar	Sim	Sim
28) Presença de instalações geradoras de energia de médio e grande porte	Não	Não
29) Presença de áreas tombadas	Não	Não
Econômicos		
30) Pressão imobiliária	Sim	Sim e não
31) Uso agrícola	Não	-----
32) Uso para extração vegetal	Não	-----
33) Uso pesqueiro	Não	-----
34) Uso para agricultura	Não	-----
35) Uso para tráfego aquaviário (portuário)	Sim	Sim
36) Uso industrial	Sim - pequenos estaleiros e indústria pesqueira	Sim
37) Aproveitamento mineral	Não	-----
38) Atividades petrolíferas	Não	-----
39) Atividades turísticas	Não	Implantação de infra-estrutura turística

REGIÃO DA CRUZ DO PAPA

Tipo de orla:

- ◆ Orla de Urbanização Consolidada

Forma geral da linha costeira:

- ◆ Linear
- ◆ Arco → Baía
- Enseada

Contexto:

♦ Estuário

Elementos:

♦ Praia

- Elementos laterais (todos colocados além da linha costeira):

	MATRIZ	CORREDOR	FRAGMENTOS
Mata			
Agricultura			
Reflorestamento			
Urbanização	♦		
Campos			

Urbanização:

♦ Convencional ♦ Contínua

Problemas Ambientais:

♦ Poluição das águas ♦ Pesca Predatória

Categoria – Análise da Região:

- Cobertura:

♦ Mancha Urbana → Cidade → Horizontal
♦ Vegetação

- Elementos

♦ Canais
♦ Costão
♦ Morros
♦ Praias → Linear

Tabela de Parâmetros / Indicadores Ambientais, Sociais e Econômicos aplicados na classificação da Orla.

Parâmetros / Indicadores	Situação	
	Atual	Futura
Ambientais		
01) Cobertura vegetal nativa (%)	5%	Ilha do Papagaio
02) Valores cênicos	Vista p/ baía, convento	Os mesmos (manutenção)
03) Integridade dos Ecossistemas	Insatisfatório	Ilha recuperada Despoluição da baía
04) Fragilidade dos Ecossistemas	Alta / grande	Recuperada
05) Presença de Unidades de Conservação	Não	Ilha
06) Condições de Balneabilidade	Não	Recuperar
07) Degradação ambiental	Sim	Recuperar a Ilha Despoluição da baía
08) Erosão costeira	Pouca	Retirada do aterro artificial
09) Presença de efluentes (línguas negras)	Lançamento de esgoto	Implantação de rede de coleta

Projeto de Gestão Integrada da Orla Marítima
Projeto Orla

		Medidas de controle ambiental
10) Disposição inadequada de resíduos	Sim	
11) Presença de construções irregulares	Não	Manter
12) Potencial para aproveitamento mineral	Não	-----
13) Aptidão agrícola	Não	-----
14) Potencial de extração mineral	Não	-----
15) Potencial pesqueiro	Sim para lazer	Manter
16) Aptidão para agricultura	Não	-----
Sociais		
17) Presença de comunidades tradicionais	Não	-----
18) Fluxo de turistas	Não	Intensificar o turismo
19) Concentração de domicílios de veraneio	Não	-----
20) Infra-estrutura de lazer / turismo	Não	A implementar
21) Cobertura urbana ou urbanização	Sim	Área de lazer/turismo
22) Domicílios servidos por água	100%	100%
23) Domicílios com serviço de esgoto (%)	0%	100%
24) Domicílios servidos por coleta de lixo (%)	100%	100%
25) Domicílios servidos por energia elétrica (%)	100%	100%
26) Acesso às redes de circulação	Sim	Melhorar
27) Presença de áreas de interesse militar	Sim	Manter a situação atual
28) Presença de instalações geradoras de energia de médio e grande porte	Não	-----
29) Presença de áreas tombadas	Sim (Ilha do Papagaio)	Manter
Econômicos		
30) Pressão imobiliária	Sim	Não
31) Uso agrícola	Não	-----
32) Uso para extração vegetal	Não	-----
33) Uso pesqueiro	Não	-----
34) Uso para agricultura	Não	-----
35) Uso para tráfego aquaviário (portuário)	Sim	Manter
36) Uso industrial	Não	-----
37) Aproveitamento mineral	Não	-----
38) Atividades petrolíferas	Não	-----
39) Atividades turísticas	Não	